



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS- ICSA
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA**

ZILMILENE COSTA DE MORAES

**O Arquivo Público do Estado do Pará como difusor
sociocultural: As múltiplas percepções da sociedade sobre o
arquivo (2011-2018)**

**BELÉM/PA
2018**

ZILMILENE COSTA DE MORAES

**O Arquivo Público do Estado do Pará como difusor
sociocultural: As múltiplas percepções da sociedade sobre o
arquivo (2011-2018)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal do
Pará, como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em
Arquivologia.

Orientador: Me. Gilberto Gomes Cândido.

**BELÉM/PA
2018**

ZILMILENE COSTA DE MORAES

**O Arquivo Público do Estado do Pará como difusor
sociocultural: As múltiplas percepções da sociedade sobre o
arquivo (2011-2018)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal do
Pará, como requisito parcial para a
obtenção do grau de Bacharel em
Arquivologia.

Orientador: Me. Gilberto Gomes Cândido

COMISSÃO EXAMINADORA:

Gilberto Gomes Cândido, Me.
(Orientador/UFGA)

Iane Maria da Silva Batista, Dra.
(Membro/UFGA)

Leonardo da Silva Torii, Me.
(Membro/Externo)

**BELÉM/PA
2018**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

- C837a Costa de Moraes, Zilmilene.
O Arquivo Público do Estado do Pará como difusor sociocultural : As múltiplas percepções da sociedade sobre o arquivo (2011-2018) / Zilmilene Costa de Moraes. — 2018.
73 f.
- Orientador(a): Prof. Me. Gilberto Gomes Cândido
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de Arquivologia, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
1. Difusão Arquivística. 2. Difusão sociocultural. 3. Arquivo Público do Estado do Pará. 4. Mediação. 5. Sociedade. I. Título.

CDD 020

AGRADECIMENTOS

Vim de um ventre de uma mulher guerreira e lutadora. Raimunda Silva, te agradeço, in memória, pela mulher que me tornei devido a tua educação.

Minha motivação pra vencer obstáculos e galgar vitórias. Raissa Lieny, te agradeço por ser essa filha maravilhosa e companheira, que nunca reclamou da minha ausência e sempre me compreendeu, sinto orgulho imenso de ser tua mãe.

Ao meu anjo, que mesmo com broncas e conselhos, aceitava ser minha “cobaia” nas leituras e explicações dos trabalhos. Allen Vera Cruz, obrigada doutor! Por me ajudar a atravessar essa ponte e não largar a minha mão.

Ao meu orientador Gilberto Cândido, por ser desbocado, autêntico, justo, humilde, bravo e competente, sentirei saudades dos seus assobios durante as aulas.

Aos professores que incentivaram, apoiaram e foram fundamentais na minha formação. Obrigada pelos muitos trabalhos em equipe, me ajudaram a entender o quanto a paciência é determinante para se exercitar a inteligência emocional.

Ao grupo de pesquisa do GECCIT, que contribui com assessoria de professores e palestrantes, para melhoria desta pesquisa, em especial ao professor Dr. Cristian Berrío-Zapata, por permitir compartilhar seus conhecimentos.

Aos meus irmãos que a arquivologia me deu, Gilead Grangeiro ou Gigi, Gilê, Gilielson, tantos em um só, pra aguentar as minhas reclamações, mas acima de tudo, por sempre estar ao meu lado durante essa trajetória. Ao Ruan Denner, meu crush, por tantas conversas e risos. Muito obrigada amigos.

Ao Augusto Brito, por me incentivar, lembrarei da sua voz no meu ouvido dizendo “faz teu currículo Lattes”. Obrigada, te levarei como exemplo de profissional.

A toda equipe do APEP em especial ao setor de documentação, dona Sandra e ao diretor Leonardo Torii (Cuendaaaaaa!), obrigada pelo aprendizado.

E por último, não menos importante, meu filho Theodore Schellenberg Costa, (nome em homenagem a um autor clássico da Arquivologia), por sempre ficar do meu lado durante as noites que eu escrevia. Valeu companheiro!

*“Mesmo o mais forte nunca é suficientemente forte para ser sempre o amo,
a menos que transforme sua força em direito e a obediência em dever.”*
J. J. Rousseau

RESUMO

Dentro do escopo das funções arquivísticas tem-se a difusão como uma das funções que melhor atende a disseminação da informação em arquivos. Esta se apresenta por meio de metodologias voltadas a difusão educacional, editorial e cultural, envolvendo temáticas complementares como mediação e acesso. Diante do avanço tecnológico emergente de um pós-ssegunda guerra mundial, fator que contribuiu com as mudanças na forma como a sociedade se relaciona com as instituições culturais como: museu, teatro, biblioteca e arquivo, o que acaba impulsionando os profissionais da área a repensarem na renovação das metodologias tradicionais de difusão, com a finalidade de relacionar e aliar as tecnologias e a mediação neste processo. O estudo de usuários e a percepção que estes têm das instituições arquivísticas, nos dão subsídios para o uso de uma mediação voltada ao sociocultural, abrangendo educação e a promoção, divulgação dos serviços e atividades dos arquivos, como também, o desenvolvimento de projetos culturais. Por conseguinte, tem-se como objeto de estudo o Arquivo Público do Estado do Pará e como objetivo geral procura-se demonstrar as múltiplas percepções que a sociedade tem para com esse, derivando-se assim, o objetivo específico que tem por finalidade entender, refletir e analisar a melhor maneira de realizar difusão sociocultural. Entende-se que a difusão em arquivos requer estudos mais aprofundados na temática, visto que, fases como classificação e avaliação são mais abordadas, devido ao fato de muitos arquivos brasileiros estarem voltados ao desenvolvimento de atividades tecnicistas de organização e eliminação de documentos, postergando uma das funções que melhor se enquadram na função social do arquivista.

Palavras-Chave: Difusão Arquivística. Difusão sociocultural. Arquivo Público do Estado do Pará. Mediação. Sociedade.

ABSTRACT

Within the scope of archival functions diffusion is one of the functions that best serves the dissemination of information in archives. This is presented through methodologies aimed at educational, editorial and cultural diffusion, involving complementary topics such as mediation and access. Faced with the emerging technological advance of a post-World War II, a factor that contributed to the changes in the way society relates to cultural institutions such as: museum, theater, library and archive, which ends up encouraging professionals in the area to rethink in the renewal of traditional diffusion methodologies, with the purpose of relating and allying technologies and mediation in this process. The study of users and the perception they have of archival institutions, give us support for the use of socio-cultural mediation, covering education and promotion, dissemination of archives services and activities, as well as the development of cultural projects. Therefore, the Public Archive of the State of Pará has as its object of study and as a general objective, it seeks to demonstrate the multiple perceptions that society has towards this, deriving, therefore, the specific objective that is intended to understand, reflect and analyze the best way to carry out sociocultural diffusion. It is understood that the diffusion in archives requires more in-depth studies on the subject, since, as classification and evaluation phases are more approached, due to the fact that many Brazilian archives are focused on the development of technical activities of organization and elimination of documents, postponing a of the functions that best fit the social function of the archivist.

Keywords: Archival diffusion. Socio-cultural diffusion. Public Archive of the State of Pará. Mediation. Society.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Frente do Arquivo Público do Estado do Pará.	34
Figura 2- Salão principal, onde são realizadas as pesquisas.	37
Figura 3- Abertura do Projeto na Estação Gasômetro em Belém.	38
Figura 4- Imagem da segunda turma atendida pelo projeto.	38
Figura 5- Imagem da sétima turma atendida pelo projeto.	39
Figura 6- Livro -Catálogo de Documentos Manuscritos- Período Colonial 1649-1823	39
Figura 7- Imagem de uma das etapas do tratamento técnico da documentação avulsa do APEP.	40
Figura 8- Livro -Textos e Fontes do Arquivo Público do Pará (V. 2).....	40
Figura 9- Layout da página da SECULT divulgando o Projeto Arquivo de Portas Abertas na internet.	41
Figura 10- Convite para visita guiada, divulgada por meio de uma das redes sociais da instituição.	41
Figura 11- Primeira visita guiada do projeto Arquivo de Portas Abertas, voltada ao ensino fundamental.	42
Figura 12- Convite para primeira palestra do Projeto Arquivo de Portas Abertas, divulgado por meio de uma das redes sociais da instituição.	42
Figura 13- Público da primeira palestra do Projeto Arquivo de Portas Abertas.	43
Figura 14- Convite para palestra intitulada “História, Memória e Arquivos: Reflexões Interdisciplinares”.	43
Figura 15- Visita dos estudantes do XXII ENEARQ- Encontro Nacional dos Estudantes de Arquivologia de 2018.	43
Figura 16- Folders das programações alusivas as comemorações do aniversário anual da instituição.	44

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Quantitativo de usuários do APEP.....	46
Gráfico 2- Quantitativo referente à origem de usuários e visitantes do APEP	48
Gráfico 3- Áreas e fundos mais pesquisados nos períodos compreendidos entre 2012 a 2017	49
Gráfico 4- Usuários e visitantes do Projeto Arquivos de Portas Abertas.....	51
Gráfico 5- Perfil dos entrevistados	54
Gráfico 6- Percepção de arquivo.....	55
Gráfico 7- Acesso a arquivos	56
Gráfico 8- Relação de arquivos que os entrevistados tiveram acesso	57
Gráfico 9- Percepção do que existe dentro de um arquivo	58
Gráfico 10- Acesso ao APEP	59
Gráfico 11- Motivo para visita ao APEP	60
Gráfico 12- Motivo que levaria a conhecer o APEP	61
Gráfico 13- Instituições consideradas culturais	63
Gráfico 14- Interesse em conhecer o APEP.....	64
Gráfico 15- Propostas para atividades culturais	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Quantitativo anual dos usuários e visitantes do APEP	45
Tabela 2- Quantitativo referente à origem dos usuários e visitantes do APEP	47
Tabela 3- Áreas e fundos mais pesquisados nos períodos compreendidos entre 2012 a 2017	49
Tabela 4- Usuários e visitantes do Projeto Arquivos de Portas Abertas	51
Tabela 5- Perfil dos entrevistados	54
Tabela 6- Percepção de arquivo	55
Tabela 7-Acesso a arquivos	56
Tabela 8- Relação de arquivos que os entrevistados tiveram acesso.....	57
Tabela 9- Percepção do que existe dentro de um arquivo	58
Tabela 10- Acesso ao APEP	59
Tabela 11- Motivo para visita ao APEP	59
Tabela 12- Motivo que levaria a conhecer o APEP	61
Tabela 13- Instituições consideradas culturais.....	62
Tabela 14- Interesse em conhecer o APEP	63
Tabela 15- Propostas para atividades culturais.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALEPA	Assembleia Legislativa do Estado do Pará
APEP	Arquivo Público do Estado do Pará
ARQPEP	Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado do Pará
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
E-Books	Eletronic book
ENEARQ	Encontro Nacional dos Estudantes de Arquivologia
EO	Elementos Obrigatórios
ICA-ATOM	International Council on Archives – Access to Memory
LAI	Lei de Acesso a Informação
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
SECULT	Secretaria de Estado de Cultura
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
TIC	Tecnologias da informação e comunicação
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2. GESTÃO DOCUMENTAL E OS ASPECTOS DAS FUNÇÕES ARQUIVÍSTICA EM ARQUIVOS PERMANENTES.....	16
2.2 A DIFUSÃO ARQUIVÍSTICA E AS SUAS PERSPECTIVAS.	21
2.3. A DIFUSÃO SOCIOCULTURAL.	27
3. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ – APEP: CARACTERIZAÇÃO E ELEMENTOS HISTÓRICOS.....	34
3.1. A DIFUSÃO NO ÂMBITO DA APEP.	37
3.2. APLICAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS DADOS.	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS.....	68
APÊNDICES	72

1 INTRODUÇÃO

Na arquivologia a Gestão Documental traz consigo sete funções relacionadas ao fazer arquivístico, sendo essas: produção; avaliação; aquisição; conservação; classificação; descrição e difusão (ROUSSEAU; COUTURE, 1998). No entanto nesta pesquisa, será apenas abordada uma das funções que é a Difusão arquivística, voltada ao aspecto sociocultural, tal metodologia busca dar visibilidade ao arquivo de modo a sociabilizar o acesso às informações por este custodiado.

Logo, tem-se como objeto de estudo o Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) trata-se de um arquivo de caráter permanente, localizado na Travessa Campos Sales, centro comercial da cidade de Belém, local de grande circulação de pessoas, vendedores ambulantes e comerciários. Fundado em 16 de abril de 1901, tem como responsabilidade o recolhimento, tratamento, acesso e difusão das informações administrativa e histórica do Estado. (PACHECO; TORII, 2015)

Entende-se que, a função primária de um arquivo é atender as necessidades administrativas das instituições, um documento não é elaborado para servir a história ou a pesquisa, porém, por serem acumulados “naturalmente”, formam um conjunto orgânico, com valores primários, sendo eles: administrativo, legal e fiscal, mas ao longo do tempo lhe é permitido atribuir outros valores sendo esses secundários, denominados de informativo e probatório, nesta fase também se pode atribuir a significação de valor histórico, que possibilita aos pesquisadores explorarem seu arsenal informativo. Com isto, a difusão ganha destaque tornando-se a função que abrange ato social.

Desta forma, ao realizar a difusão não se pode escolher: o grupo social, o nível educacional ou aspectos culturais, ao contrário, quando se discorre sobre difusão, tem-se como objetivo tornar acessível à informação a todas as camadas sociais, de modo a moldar a linguagem técnica, em uma linguagem “universal” (coloquial) possibilitando que essa se adeque aos diversos níveis de pesquisadores e contextos sociais, fornecendo com isso, notoriedade aos documentos que se encontram custodiados pela instituição. De maneira que, a difusão contribua para a educação e produza publicações de trabalhos/projetos arquivísticos, bem como promova ações culturais onde envolva a comunidade.

Vale ressaltar que, por mais que a difusão em arquivos seja mais propagada na fase permanente, essa pode também ser realizada nas fases corrente e

intermediária. Ao observar a difusão no âmbito da Gestão Documental, entende-se que os métodos/técnicas e o planejamento de diretrizes/normativas arquivísticas dentro das organizações, que serão utilizadas por uma gestão estratégica, para alcançar eficiência, eficácia, economia/lucro, dentre outros benefícios, quando expostos pela instituição para diretores/clientes e/ou servidores são aspectos de difusão.

Posto isto, o APEP tem sob sua custódia a documentação de caráter permanente referentes aos séculos XVII ao XX, nos quais refletem as ações administrativas da esfera estadual. Sendo assim, surge a seguinte indagação, de que forma a difusão sociocultural pode ser realizada no APEP?

Desta maneira, tem-se como objetivo geral demonstrar a percepção do que é arquivo para sociedade tendo como base a difusão sociocultural, derivando-se assim como objetivo específico quais seriam as possíveis maneiras de realizar a difusão sociocultural, no entanto, entende-se que essa percepção parte do conhecimento tácito de cada indivíduo e o seu modo de observar o mundo, devido as múltiplas formas que esse percebe e entende o que é um arquivo em seu âmbito social.

Para atingir os objetivos utilizou-se de alguns nichos metodológicos como análise de literatura, descritiva que nos permite entender o fenômeno estudado, exploratória de modo a aprofundar sobre a temática pesquisada, qualitativa e quantitativa que dispõem o aprofundamento do estudo, bem como pesquisa ação que busca entender o fenômeno com intuito analisá-los e interpretá-los, utilizou-se ainda a técnica de entrevista com público externo do APEP, com propósito de conhecer a percepção que estes têm da instituição, além de entender os motivos que os levariam a se interessar pelo que a instituição custodia, como também, fazer um levantamento da proporção de usuários, com este perfil, que já adentraram ao arquivo e por quais motivos.

Sendo assim, o entendimento do processo de difusão em arquivos leva o profissional arquivista a repensar a sua importância nesse contexto, a partir do estudo teórico e posterior aplicabilidade, o profissional será capaz de identificar falhas e ajustar o projeto para que o mesmo consiga atingir os objetivos propostos, o que só se torna possível por meio de pesquisa aplicada.

Faz necessário relatar que, existe uma carência bibliográfica sobre a temática de difusão em arquivos, como também a dificuldade que muitos arquivos brasileiros encontram no desenvolvimento de projetos que visem à divulgação de seus acervos,

tornando a pesquisa importante para a arquivologia, na medida em que põe em debate a questão da importância da difusão sociocultural como forma de garantir o futuro dos arquivos e dos arquivistas em meio a uma sociedade digital globalizada.

2. GESTÃO DOCUMENTAL E OS ASPECTOS DAS FUNÇÕES ARQUIVÍSTICA EM ARQUIVOS PERMANENTES.

Ao adentrarmos em Gestão Documental, é importante salientarmos alguns aspectos referente ao objeto de estudo desta pesquisa. O APEP se caracteriza por ser um arquivo público e histórico, que tem sob sua guarda documentos de caráter permanente, podendo ser de valor probatório e/ou informativo e seus usos estão voltados para a ciência, pesquisa, sociedade e cultura, porém, isso não significa que sua gigantesca massa documental encontra-se tratada, identificada, classificada e descrita, pronta para ser acessada por seus usuários.

Posto isso, por meio da análise documental realizada por Torii (2016) nos períodos compreendidos entre 1894 a 1906, foi possível detectar que no decorrer do recolhimento dos documentos ao APEP não se possuía legislação estabelecendo normativas e diretrizes concernentes a critérios arquivísticos, inferindo-se que houve prejuízos (ou descarte) durante o processo de seleção dos documentos considerados importantes para constituir o acervo da instituição (TORII, 2016, p. 22).

Durante o século XIX o trabalho do arquivista está voltado tão somente à organização e utilização dos acervos. A concepção de gestão surge da necessidade de se encontrar soluções para controlar e organizar uma crescente massa documental acumulada decorrente principalmente dos avanços tecnológicos e científicos de um pós-segunda guerra mundial (PAES, 2004, p. 53).

Sendo assim, se faz necessário destacar a importância da gestão documental, por mais que suas funções se constituam de sete fases, abordaremos de maneira breve, apenas sobre avaliação, classificação e descrição de documentos, os quais estarão voltados para o processo de difusão arquivística.

A Arquivística enquanto ciência se estabelece pela necessidade da mudança de seu objeto de estudo, passando de documento para informação, independente do suporte em que esteja registrada. A fase custodial, voltada apenas para guarda dos documentos, dá lugar a um novo paradigma, onde científico e informacional têm como aliados a revolução tecnológica, além de políticas de difusão e acesso a informação como garantia de direitos, que passam a ser bem mais definidas a partir da gestão documental.

Não se pode falar de gestão de documentos, como um conceito único e de aplicação universal, pois durante a sua elaboração e desenvolvimento contribuíram

diversos fatores como: as tradições arquivística e administrativa, além do contexto histórico e institucional (INDOLFO, 2012).

Para a mesma autora, apesar das aplicações e práticas diferenciadas, no final do século XX os conceitos de gestão de documentos e de ciclo vital encontram-se consolidados, com tudo, é possível afirmar que os avanços científicos e o impacto das novas tecnologias de comunicação e informação fazem com que a arquivologia reveja e renove seus princípios e práticas, porém sem deixar de lado os modelos tradicionais, buscando, no entanto, fundamentar seus estudos no controle do ciclo vital da informação independente do suporte.

O processo arquivístico que busca intervir nas fases que compõem o ciclo vital dos documentos, determinando o tempo necessário de permanência nas fases de arquivamento (corrente, intermediária), desde o momento em que são produzidos até sua destinação final (eliminação ou guarda), se desenvolveu a partir do conceito de gestão de documentos.

Segundo Indolfo (2007, p. 43) o estabelecimento de prazos se torna necessário:

[...]para se alcançar a racionalização do ciclo documental, para reduzir, ao essencial, a massa documental dos arquivos e para ampliar o espaço físico de armazenamento, assegurando as condições de conservação dos documentos de valor permanente e a constituição do patrimônio arquivístico nacional.

Com isto, é possível fazer o recolhimento dos documentos de forma segura e conduzi-los para constituírem o arquivo permanente, ou seja, o local de preservação definitiva, que não se restringe apenas a função de “velar” pelo patrimônio documental, nesta fase a documentação devem estar em lugares de fácil acesso para seus usuários, devendo estar dotados de amplas salas de consultas, pois neles a pesquisa está aberta a todos (BELLOTTO, H. L, 2006, p. 25).

Para chegarmos até a difusão arquivística, se faz necessário passarmos por outras fases anteriores, dentre elas a avaliação e classificação documental que são práticas arquivísticas que fundamentam as atividades de Gestão Documental e estão voltadas para facilitar o acesso às informações, com intuito de difundi-las. Sendo assim, é necessário que a documentação chegue até o arquivo permanente identificada, avaliada, classificada e descrita.

Durante avaliação documental elaboram-se os instrumentos de gestão: o Plano de classificação e a tabela de temporalidade de documentos; o primeiro é utilizado para classificar os documentos, agrupando-os de acordo com a competência do órgão produtor, identificando o grupo, a função e atividade que o gerou; o segundo é responsável por registrar o ciclo de vida documental, estabelecendo prazos de guarda, sua transferência e/ou destinação final, (guarda permanente ou eliminação).

Para Indolfo (2007, p.44) “O processo de avaliação deve considerar a função pela qual foi criado o documento, identificando os valores a ele atribuídos, primário ou secundário, segundo o seu potencial de uso”.

Um dos autores clássicos da Arquivologia e que trouxe contribuições significativas para área, foi Theodore Roosevelt Schellenberg (1903-1970), arquivista estadunidense, considerado o pai da avaliação documental, publicou diversos manuais em que destacava uma parte a função da Avaliação.

Em um dos capítulos de sua obra denominada **Arquivos Modernos: princípios e técnicas** (1956), o autor ressalta a importância dos arquivos correntes na organização dos acervos permanentes, salienta que os documentos administrativos “são preservados em arquivos por apresentarem valores que persistirão por muito tempo ainda depois de cessado seu uso corrente e porque os valores serão de interesse para outros que não os utilizadores iniciais” (SCHELLENBERG, 2002, p. 180).

Em sua teoria de valor o autor propôs dois tipos de valor aos documentos: O **Valor Primário**- que seria o valor administrativo, fiscal e legal e o **Valor Secundário**- o qual serviria como fonte de pesquisa e investigações, para determinação de direitos do cidadão e também para regular as atividades do Estado e seria um valor mais duradouro dividindo-se em: **probatório e informativo**, o primeiro seria referente ao funcionamento e a organização do órgão de governo que o produziu e o segundo trataria sobre as informações contidas nos documentos públicos relativas a entidades, coisas e fenômenos com os quais aquele órgão interagia e atenderia diversos tipos de usuários, além de pesquisadores e genealogistas (TRACE, 2016, p. 82).

A partir da teoria de Schellenberg é possível entender a importância de uma criteriosa avaliação documental, evitando com isso, a perda de documentos

importantes na constituição do patrimônio documental e garantindo que a difusão dos mesmos seja possível para gerações futuras.

Por meio da classificação, torna-se possível elaboração dos instrumentos de pesquisa (guia, índices, sumários, catálogos, inventários dentre outros...), pois alicerçado nesta atividade, temos como resultante a identificação dos fundos, das séries e das subséries que são os campos introdutórios de qualquer instrumento de pesquisa, como também o produto da descrição documental.

Para melhor esclarecer a função da descrição em arquivos, Bellotto (2016, p.173-174) afirma que a descrição é típica dos arquivos permanentes, pois os correntes e intermediários se utilizam dos códigos do plano de classificação, do controle de vocabulário e da indexação para fazer a recuperação da informação, segundo a autora:

Os conteúdos, a tipificação das espécies documentais, as datas-baliza, as subscrições, as relações orgânicas entre os documentos e a ligação entre função e espécie, enfim todos os elementos ligados às informações de interesse do historiador é que serão objeto do trabalho descritivo.

Uma ferramenta de descrição documental arquivística que pode ser utilizada para fornecer parâmetros de normalização descritiva nos arquivos brasileiros é a NOBRADE (Norma Brasileira de Descrição Arquivística), por meio deste instrumento é possível não somente fazer a descrição dos documentos do acervo físico de forma padronizada, mas também será possível utilizar os mesmos parâmetros para descrição em ambientes virtuais, inclusive com auxílio do *ICA-ATOM-International Council on Archives – Access to Memory*¹ uma ferramenta digital desenvolvida pelo conselho internacional de arquivos, que utiliza a plataforma *web* para descrição arquivística.

O ano de 1991 pode ser considerado um marco histórico no que concerne a construção de políticas voltadas para a gestão documental no Brasil. A Lei 8.159/91, conhecida como Lei de Arquivos Públicos e Privados, considera em seu art. 3º gestão de documentos como sendo: “o conjunto de procedimentos e operações técnicas à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase

¹ Conselho Internacional de Arquivos, Acesso à memória.

corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente”.

Por meio de políticas arquivísticas é possível estabelecer diretrizes e normativas arquivísticas para a constituição dos acervos documentais dos arquivos permanentes, estabelecendo que o poder público tenha o dever de proteger os documentos arquivísticos, como instrumentos de apoio não somente a administração, mas à cultura, ao desenvolvimento científico e como artifício de prova e informação.

Segundo Jardim (2011, p.198) a partir da promulgação da Lei o Estado passou a dispor de:

[...] um Conselho Nacional de Arquivos-Conarq (órgão colegiado, atualmente vinculado ao Arquivo Nacional da Casa Civil da Presidência da República), incumbido de definir uma política nacional de arquivos e atuar como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos - Sinar. Instalado em 15 de dezembro de 1994, conforme o Decreto nº. 1.173, de 29 de junho do mesmo ano.

A resolução nº 17/2003 do Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ salienta que a função social dos arquivos se encontra traduzida na difusão de informações para o pleno exercício da cidadania e da pesquisa científica. Essa função social se destaca de forma mais intensiva depois de findada a função primária do documento, caracterizada pelo uso administrativo e passando então para a função secundária, servindo a ciência, história e sociedade.

Como nos lembra Indolfo (2007, p. 55) somente depois do conceito de gestão de documentos estabelecida na Lei de Arquivos foi possível afirmar que:

[...] a sua adoção começou a ser identificada como forma de garantir o controle do ciclo de vida dos documentos, permitindo uma avaliação criteriosa e assegurando a organização de conjuntos documentais que viessem alcançar a guarda permanente.

Políticas arquivísticas são fundamentais para contribuir com que a gestão de documentos cumpra sua função social dentro das instituições, não apenas na garantia de direito, mas principalmente, no que tange a proteção do patrimônio documental brasileiro, evitando perdas e eliminação criminosa sem critérios legais, comprometendo com isso a compreensão da memória e história da nação, dificultando o acesso e difusão da informação.

2.2 A DIFUSÃO ARQUIVÍSTICA E AS SUAS PERSPECTIVAS.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística não faz referência ao termo difusão, porém podemos inferir que os termos disseminação e divulgação, constante no mesmo, possuem o mesmo significado.

Disseminação é entendida como o fornecimento de informações por meio de canais formais de comunicação, enquanto que o termo divulgação seria o conjunto de atividades destinadas a aproximar o público dos arquivos, por meio de publicações e promoções de eventos, como exposições e conferências (ARQUIVO NACIONAL BRASIL, 2005, p. 71-72).

Termos complementares ou com mesmo significado também são utilizados por outros autores, que falam de divulgação, difusão, comunicação e vulgarização dos acervos independentemente da vontade do consulente ou curiosidade do pesquisador. É por meio da difusão que se dá visibilidade às fontes, antecipando ao público a riqueza documental do arquivo (DA SILVA; BARBOSA, 2012).

As relações do arquivo com a sociedade e as novas tecnologias levam os arquivistas a repesarem sua profissão, necessitando que haja uma dinâmica e um envolvimento maior entre o mediador e seus usuários, uma forma de cumprir não somente sua função social, mas de garantir o futuro dos arquivos e dos arquivistas.

Para Cruz Mundet (1994, p. 357-358, tradução nossa) todas essas mudanças na conceituação dos arquivos que se está produzindo, principalmente nos últimos decênios, “está indissoluvelmente unindo o princípio da difusão e acesso a cultura por parte dos cidadãos, que constituem um dos sinais de identidade das sociedades mais desenvolvidas”.

Os fundamentos teóricos da Arquivologia também passam por mudanças, fazendo surgir pensamentos divergentes. A Arquivologia Tradicional ou Custodial, formada por pesquisadores essencialmente europeus, desenvolveu-se a partir da noção dos arquivos como fontes de pesquisa para a história, devido a isso, os arquivos históricos tornaram-se a face mais visível do objeto (LOUSADA, 2015).

Se contrapondo a esse pensamento, surge a Arquivologia Pós-moderna ou Pós-Custodial, tem em sua formação trabalhos de pesquisadores canadenses e portugueses, que a aproximam dos métodos de compreensão e estudo próprios das Ciências Humanas, partilhando a ideia de que se deve englobar o contexto

sociocultural e ideológico de criação dos documentos, partindo de uma visão macro e não limitada apenas ao processo documental (LOUSADA, 2015, p. 99-100).

Um dos representantes da corrente pós-custodial, que trouxe o contexto social para o cerne da avaliação arquivística, foi Terry Cook (1947-2014) o autor afirma que ao passarmos de guardiões imparciais para nos tornarmos agentes interventores na função de avaliar e deliberar quais os documentos que serão preservados, “nos tornamos assim, construtores ativos da memória social”, onde a convergência da avaliação documental não está na ação do governo e sim, na governança, que retratará a relação entre Estado-cidadão. (COOK, 1998).

Posto isso, o tradicional pesquisador em arquivos, geralmente historiadores, está dando lugar a um novo perfil de usuário. As visitas variam entre estudantes de todos os níveis educacionais, pesquisadores dos mais variados seguimentos, como também o cidadão comum, o arquivo deve servir de fonte científica, histórica e cultural, procurando aproximar a instituição da comunidade a qual está inserido.

Para atender a esse novo público, o arquivista contemporâneo tem que usar de muita criatividade e esforço frente às dificuldades financeiras e falta de recursos humanos.

De acordo com Rockembach (2015, p. 99 apud Menezes 2012), surge uma necessidade:

[...] dos profissionais da informação promoverem os produtos e serviços oferecidos pelos arquivos, trazendo mais usuários à instituição, fidelizando-os e transformando a tradicional concepção de que arquivo é algo destinado a uma minoria dos cidadãos.

Todas essas mudanças elencadas acima, tendo como principais responsáveis à democracia e a tecnologia, inclui a clássica difusão realizada em arquivos, em um processo de adequação aos meios tecnológicos, saindo do tradicional paradigma de custodial patrimonial e tecnicista, onde a guarda da memória era priorizada, dando lugar a uma difusão concatenada com as tecnológicas, sem dirimir história, memória, patrimônio, porém priorizando a difusão e o acesso.

Sendo assim, a difusão em arquivos pode se apresentar de acordo com três modelos: difusão educativa, editorial e a cultural. A primeira está relacionada a documentos custodiados e as visitas, envolvendo a instituição arquivística e as escolas; a segunda refere-se à promoção de publicação/divulgação de produtos e

serviços desenvolvidos pelo arquivo; a terceira faz referência a projetos culturais, envolvendo temáticas diversas como: literatura, dança, teatro, cinema entre outros (BELLOTTO, H. L. 2006).

Por carência de literatura na área sobre a temática, não vamos nos deter a conceituar ou até mesmo tecer argumentos teóricos sobre difusão educacional, editorial e cultural em arquivos, o propósito será abordar as metodologias tradicionais e tentar relacionar e aliar a tecnologia, com intuito de renovar a metodologia já existente.

Posto isso, vamos abordar os três modelos de difusão em arquivos, iniciando pela educacional. Uma das maneiras de se realizar a difusão educacional está relacionada à educação patrimonial, que poderá ser introduzida em todos os níveis de ensino, por meio dos documentos de arquivo, torna-se necessário um planejamento pedagógico que envolva temáticas.

Logo, a difusão acontecerá por intermédio de ações educativas, tornando o arquivo interativo ou através de visitas guiadas, disponibilizado o acervo de acordo com abordagem do professor, porém com auxílio do arquivista, os dois profissionais irão mediar o aprendizado de forma interdisciplinar.

Tendo como base uma educação participativa, baseada em sustentáculos como: o diálogo, a conscientização e o senso crítico, é possível desenvolver uma difusão arquivística educacional, baseada em reflexões sobre a sociedade a qual os estudantes estão inseridos. Por meio dos documentos e o contexto ao qual foram produzidos, será exequível interpretar fatos históricos e entender as mudanças sociais.

A difusão educacional não se encontra apenas voltada ao patrimônio, é possível através de temáticas transversais, desenvolver o ensino de várias disciplinas. O arquivo pode fornecer recursos documentais de base não só ao ensino da história política e administrativa, mas a várias outras disciplinas das ciências biológicas, exatas, tecnológicas, sociais, demonstrando suas atividades e concepções através dos tempos (BELLOTTO, H. L. 2006, p. 233).

Em um ideário não utópico, todo arquivo histórico deveria ter em seu corpo técnico a presença de um pedagogo, este profissional com o auxílio do arquivista seria responsável por desenvolver um plano de ação educativa, no qual estariam inclusos a utilização da documentação, seguindo um projeto pedagógico arquitetado pela escola e o arquivo, também será possível o desenvolvimento de guias

pedagógicos com aspectos lúdicos e menos técnico-científico, dentro dessa perspectiva a linguagem se moldaria ao público alvo de acordo com a faixa etária.

Segundo Cruz Mundet (1994, p.365, tradução nossa), nosso passado é imensamente rico em acontecimentos e processos memoráveis que:

A cada etapa podemos extrair um tema (guerras, epidemias, revoluções, personagens...), dependerá do bom trabalho do arquivista para aproveitar a força da onda causada por seu tratamento nos meios de comunicação, além de abordar os aspectos mais marcantes do que aconteceu.

As visitas guiadas, utilizadas com frequência para fazer difusão educacional, podem produzir diversos resultados. Após as visitas e de acordo com que foi observado e repassado pelo professor e arquivista, poderão ser realizadas atividades como: criação de desenhos, concurso de redação, seminários, etc., sendo possível analisar se os objetivos propostos pela escola/arquivo foram alcançados.

O aprendizado não acabaria com a visitação, podendo resultar em um produto secundário, que pode ser utilizado pela difusão editorial. Por meio dos resultados, será possível a publicação de livrinhos infantis narrativos, com temáticas sobre a história patrimonial, pelo ponto de vista dos estudantes.

Os desenhos produzidos podem ser utilizados em exposições na escola ou no arquivo, envolvendo a difusão sociocultural. A comunidade em que a escola está inserida, além dos pais e responsáveis podem ser convidados a participar da exposição.

Segundo Bellotto (2006, p.3) o arquivo público permanente:

[...] voltando-se para fora de suas paredes para inteirar-se com a população, inclusivamente quanto a angariar os documentos privados, testemunhos de histórias-de-vida, cumpre seu papel centralizador de informações da evolução administrativa e social do meio a que serve.

Ao traçar parcerias com as instituições arquivísticas e a utilização do acervo documental em projetos pedagógicos educacionais, como também, o desenvolvimento de programas voltados a publicações de guias pedagógicos, é possível educar para a cidadania, no entendimento de direitos e deveres sociais, aliado ao uso do espaço público, conservação e preservação dos documentos, além de educação patrimonial.

No segundo modelo, temos a difusão editorial, referente à promoção de publicação/divulgação de produtos e serviços desenvolvidos pelo arquivo. Nesta metodologia, encontramos alguns entraves, porém passíveis de solução. Este tipo de difusão pode ser considerado, por muitos, a mais dispendiosa de todas. A publicação de um livro, por exemplo, requer anos de pesquisa, um corpo técnico adequado para o desenvolvimento da mesma, assim como orçamento para subsidiar os gastos com a publicação.

A tecnologia torna-se uma aliada na solução da problemática do alto custo com editoração. A produção de *E-Books (eletronic book)*, ou seja, livros em formatos digitais, são considerados mais acessíveis e econômicos, além da maior durabilidade é possível ter interatividade por meio de links funcionais, gráficos animados, pequenos vídeos, *GIFs*, comentários em áudio e muito mais. Ainda dentro dessa proposta é possível fazer links dentro do arquivo virtual da instituição, sendo possível comprar e fazer *download*.

O livro tem um caráter de subsistência e multiplicidade que o torna veículo de publicidade constante e lhe abre um enorme campo de ação e a indeterminação de uso no tempo. Será sempre em qualquer lugar um perdurável aviso da existência e da atividade do arquivo (BELLOTTO, H. L. p. 230).

Os arquivos devem fazer uso das Tecnologias da informação e comunicação (TIC) assim como as bibliotecas, que encontraram no uso de redes sociais on-line, uma forma de difundir seus acervos. Furtado (2013, p. 122) afirma que “A própria web e os sistemas de busca contribuem bastante para que os livros sejam conhecidos pelos leitores e as TIC têm impulsionado as estratégias de marketing, com convergência de linguagens”.

A divulgação dos produtos, serviços ofertados, bem como das atividades desenvolvidas pela instituição, podem e devem ser realizadas com o auxílio das redes sociais, além de contar com a parceria do site da imprensa oficial do órgão a qual a instituição está subordinada, por meio da propaganda em sua página inicial ou até mesmo da imprensa oficial dos órgãos ligados à cultura. Outra parceria seria a imprensa das universidades, com isso os custos cairiam e o propósito seria menos dificultoso de ser concretizado.

Encontramos no terceiro modelo, a difusão cultural que está relacionada a projetos culturais, envolvendo temáticas diversas como: literatura, dança, teatro, cinema, palestras, debates, rodas de conversa, promoção de simpósios, feiras,

congressos, jornadas, reuniões, exposições, filmes, documentários, perpassando pelos mais variados campos da cultura.

Segundo Bellotto (2006, p. 228) os serviços de difusão cultural possuem vias antagônicas de ações, uma que “lança elementos de dentro do arquivo para fora, procurando atingir um campo de abrangência cada vez mais amplo, e a que permite o retorno dessa política, acenando com atrativos no recinto do arquivo”.

Com auxílio do **YouTube** um site de compartilhamento de vídeos enviados por usuários da internet, é possível a produção e publicação de vídeos educativos para a comunidade, sobre temas baseados em documentos importantes do acervo. A ferramenta permite ainda, o compartilhamento nas redes sociais, um veículo de difusão cultural que deve ser amplamente usufruído pelo arquivista, pelo baixo custo financeiro e principalmente pela enorme popularidade do mesmo.

Ainda dentro de um leque inesgotável de possibilidades de fazer difusão cultural, podemos destacar as parcerias com agências de turismo. A partir dessa cooperação, é possível incluir a visitação de pessoas de outros estados e de outros países para conhecer as instalações do arquivo, com um roteiro preparado pelo arquivista e incluso nos folhetos publicitários da agência de turismo, bem como na página da internet onde consta a programação da viagem.

Com as exposições, existe um rompimento do isolamento dos arquivos, pois, estas representam a apresentação dos documentos à sociedade, de forma não individualizada, tornando-se o serviço mais expressivo daqueles em um plano de ensino e cultura. O arquivo passa de um papel passivo para um papel ativo que incorpora às tarefas de promoção social (HEREDIA HERRERA, 1993, p. 497, tradução nossa).

Em parcerias com os museus é possível trabalhar exposição de documentos contendo peças relevantes para a constituição da história do estado, como bem lembra Bellotto (2006, p. 229):

A repercussão de uma exposição na imprensa escrita e falada é fator de disseminação da ideia de arquivo: seu alcance é muito grande. Não importa que seja mínima a parcela da comunidade que realmente veja o material exposto. O primeiro passo é que o arquivo seja reconhecido, faça parte do cotidiano da leitura dos jornais: um dia o cidadão aparece por curiosidade ou por outro motivo qualquer.

Dentro da proposta pode ser inclusa ainda a divulgação da exposição na imprensa online em jornais e revistas, como também a execução de exposições virtuais.

Vale ressaltar, que todas as atividades e serviços propostos devem partir da instituição arquivística, bem como do arquivista e de sua equipe técnica responsável pelos programas de difusão, não estamos nos referindo aqui, na possibilidade de se utilizar, por exemplo, um vídeo qualquer encontrado na internet que discorra sobre documentos de arquivo ou que apenas a escola será a responsável por realizar as atividades educativas, o objetivo parte do propósito de que todas as atividades tenham a participação, a idealização, a produção e a realização efetiva das instituições e dos profissionais arquivistas.

Dessa maneira, a difusão arquivística tradicional preconizada no Brasil pioneiramente por Bellotto, ganha na tecnologia uma aliada na redução de gastos, no auxílio à divulgação e principalmente no acesso amplo as informações gerenciadas pelas instituições arquivísticas, conseguindo com isso, atingir a função sociocultural de forma mais abrangente, como também potencializar a interação com a comunidade.

2.3. A DIFUSÃO SOCIOCULTURAL.

Ao fazer difusão educacional, editorial e cultural em arquivos históricos, entende-se que, se está praticando uma difusão ampla denominada sociocultural, na medida em que as informações que se pretendem difundir apresentam aspectos sociais e culturais de uma determinada época histórica e que são fundamentais para que gerações seguintes entendam os acontecimentos, fatos e evolução da sociedade em que estão inseridos por meio dos registros deixados no passado.

Desta maneira, entende-se que a cultura tem um caráter dinâmico, estando em um constante e contínuo processo de modificação, que segundo Laraia (2008, p. 98) a cada mudança por mais mínima que seja, “representa o desenlace de numerosos conflitos. Isto porque em cada momento as sociedades humanas são palco do embate entre as tendências conservadoras e as inovadoras”.

Dentro dinamismo cultural, podemos também salientar o não acompanhamento das instituições consideradas culturais (museus, teatros, bibliotecas e arquivos) na incorporação de novos elementos característicos das sociedades consideradas modernas, permanecendo assim, presos a um modelo tradicional de interação com seus usuários, por consequência, muitas vezes, da falta de infraestrutura ou de orçamento, levando uma percepção de instituições antigas, ultrapassadas e sem atrativos.

Segundo o cientista social Darcy Ribeiro (1987, p. 127) cultura seria a:

[...] herança social de uma comunidade humana, representada pelo acervo co-participado de modos padronizados de adaptação à natureza para o provimento de subsistência, de normas e instituições reguladoras das relações sociais e de corpos de saber, de valores e de crenças com que seus membros explicam sua experiência, exprimem sua criatividade artística e a motivam para ação.

Tendo como base tais aspectos expostos pelo autor, entende-se que a cultura se molda dentro de um espaço e tempo, de modo a demonstrar os valores de cada época, deste modo pode-se entender a cultura como um rastro no tempo que possibilita se fazer uma transição entre o presente e passado apresentando característica de cada época.

Ainda, segundo o referido autor “cada homem é sempre e essencialmente um ser cultural, detentor da tradição que o humanizou, sua cultura só desaparecerá com ele se ele for impossibilitado de transmiti-la socialmente a seus descendentes”.

Logo, definição de cultura nos leva a pensar em um conjunto amplo de características próprias de um grupo que não deve ser confundido com padrões culturais, segundo Shapiro (1982, p. 208) cultura seria “a soma total, integrada, das características de comportamento aprendido que são manifesta nos membros da sociedade e compartilhada por todas”.

Entende-se que dentro desse comportamento aprendido, estejam os hábitos culturais que não são apenas os hábitos de ir ao cinema, ver televisão, ouvir música, etc. Estes hábitos anteriormente citados são adquiridos com mais frequências, pelas classes economicamente baixas, por acharem que espaços como teatro, museu, biblioteca e arquivos lhes são inacessíveis ou têm valor elevado para seus padrões econômicos. Muitas vezes esse pensamento é alimentado pelo desconhecimento e

pela falta de divulgação, como também por falta de programas socioculturais inclusivos para a comunidade de baixa renda.

Dessa forma, tem-se o entendimento de que o acesso às informações constante em arquivos nem sempre é democrático, pois este depende de variantes, que precisam ser observadas pelo arquivista no momento da elaboração de estratégias de difusão com intuito de diminuir os entraves e facilitar a difusão e acesso.

Segundo a pesquisa Cultura nas Capitais, da **JLeiva Cultura & Esporte**², que apresenta um detalhamento inédito sobre a relação da população com atividades culturais em 12 capitais brasileiras, a educação é um fator determinante para o acesso à cultura, quanto maior a escolaridade, mais as pessoas vão a todas as manifestações culturais. A pesquisa também revela que ler livros e ir ao cinema são atividades mais praticadas e quem tem nível superior e é de classes A e B são os que mais frequentam museus, teatros e bibliotecas, infelizmente a pesquisa não engloba os arquivos.

Posto isto, teceremos um histórico sobre o acesso a arquivos, que nem sempre foi democrático, a abertura destes para os cidadãos durante a Revolução Francesa (1789), era contraditória, como nos lembra Da Silva (2009, p. 78), esse “acesso a todos”, esbarrou em alguns entraves como:

[...] sócio-culturais (taxas elevadíssimas de analfabetismo), tecnológicos (as limitações físicas da impressão em papel e a degenerescência das fotocópias e de outros produtos reprografados), sócio econômicos (desigualdade econômica no acesso a níveis superiores de ensino) e administrativos (a imposição de limites de idade e de regras aos utilizadores, francamente desestimuladores da consulta), que a atrofiaram até ao surgimento da Era da Informação em que já estamos em pleno.

O direito ao acesso a informação, encontra-se resguardado pela Constituição Federal Brasileira de 1988, que é a principal estrutura hierárquica das Leis no nosso país. O artigo 5º Dos Direitos e Garantias Fundamentais traz em seu inciso XXXIII que:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade,

² <https://www.jleiva.co/blog/estudo-inedito-detalha-habitos-culturais-em-12-capitais-brasileiras>

ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Com tudo, no Brasil a abertura dos arquivos e o avanço em relação ao acesso a informação só foram obtidos com o fim do regime militar (1964-1985). A abertura política de muitos países possibilitou a abertura dos arquivos, uma vez que, grande parte dos documentos era de responsabilidade da administração pública, ficando a cargo do governo a incumbência de criar suas políticas de acesso (VAZ; ARAÚJO, 2016, p. 7).

Desta maneira, Rodrigues (2012, p. 268) ressalta que durante o regime militar já havia uma preocupação em se criar uma lei referente a arquivos, a autora destaca que:

[...] no apagar das luzes do regime militar, em meio ao movimento pelas Diretas já, o então ministro da Justiça Ibrahim Abi-Akel envia ao presidente da República, em 30 de novembro de 1984, um anteprojeto de lei instituindo a política nacional de arquivos públicos e privados. Naquela data, muitos países já contavam com leis de acesso às informações, como, por exemplo: Suécia, Finlândia, Estados Unidos, Noruega, França, Países Baixos, Austrália, Canadá (Quebec) e Nova Zelândia.

Em 1991 temos a criação de Lei de Arquivos públicos e privados e em 2011 a Lei de Acesso a Informação-LAI, instrumentos legais que corroboram com a tentativa de democratizar e sociabilizar a informação, dando transparência às ações do governo.

Heredia Herrera (1993, p. 494, tradução nossa) afirma que de fato, “o acesso tem sido um direito conquistado ao longo do tempo, deixando de ser um privilégio dos que estão no poder político, para primeiro se tornar o direito dos historiadores e mais tarde de qualquer cidadão”.

A LAI, não se limita a consolidar direitos, mas surge como meio de fornecer aos arquivos, arquivistas e demais profissionais da informação, a oportunidade de divulgarem os serviços oferecidos e de alicerçar o diálogo entre arquivo e sociedade, colocando o arquivo como instituição imprescindível na formação de uma democracia plena (VAZ; ARAÚJO, 2016, p. 17).

Como advento das políticas de acesso citadas acima e a explosão tecnológica, o perfil do arquivista muda para atender novos conhecimentos desenvolvidos sobre a história e memória, o mediador nesse processo, será o

responsável pelo elo entre a informação e o usuário, imerso em um paradigma pós custodial, informacional e científico.

Coaduna-se com Jardim (1998, p. 3) quando considera que a memória dentro do espaço arquivístico “só é ativada, porém, se em tais lugares de memória³ forem gerenciados também lugares de informação, onde esta não é apenas ordenada, mas também transferida. Se a memória não é neutra, muito menos a informação”.

A partir da difusão dos registros deixados nos documentos de arquivo é possível transmitir socialmente a herança cultural à comunidade. Para que esse objetivo seja alcançado, se faz necessário por parte do arquivista o entendimento de estudo de usuário e mediação.

Estudo de usuário e a mediação são temáticas complementares a função de difusão em arquivos. Os atores envolvidos neste processo são: o profissional arquivista como mediador e o usuário, sendo que este último merece por parte do mediador, um estudo mais aprofundado com objetivo de contribuir com melhorias na prática da difusão.

O Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p. 196) traz por definição de usuário “pessoa física ou jurídica que consulta arquivos, também chamada consulente, leitor ou pesquisador”.

De acordo com Ribeiro (2010, p. 65) que cita o verbete do *Dictionnaire encyclopédique des sciences de l'information et de la communication*, “onde a ‘mediação’ é definida como uma instância articuladora, na comunicação e na vida social, entre a dimensão individual do sujeito e sua singularidade e a dimensão coletiva da sociabilidade e da relação social.”

A preocupação de dar acesso nos remete simultaneamente à função social do arquivista que se encontra estabelecida desde a regulamentação da profissão em 1978 pela Lei 6.546⁴, que traz em seu art. 2º como uma das atribuições do arquivista, o desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes. Inúmeras associações profissionais em todo o mundo admitem e reconhecem que esta função é primordial no desenvolvimento de suas atividades (VAZ; ARAÚJO, 2016, p. 17).

³ Segundo Pierre Nora, os lugares de memória surgem e vivem a partir da não existência de uma memória espontânea, emergindo a necessidade de se erigir lugares para ativação das mesmas, por meio da criação de arquivos, da pronúncia de elogios fúnebres, da manutenção de datas comemorativas, da organização de celebrações, etc..., haja vista que essas operações não são processos naturais (NORA, 1993, p. 13).

⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm

Ao arquivista, como mediador, não cabe um papel inerte, esperando apático que seu trabalho ganhe notoriedade. É preciso que este profissional, além de gerenciar a informação, desenvolva também mecanismos, para que a mesma ganhe visibilidade e importância frente à sociedade.

De acordo com Vaz e Araújo (2016, p. 10) a mediação cultural se apresenta como:

[...] uma ação de produção de sentido, que se contrapõe à intermediação e à transmissão neutra de signos. O arquivista, assumindo sua postura de mediador, coloca o sujeito (cidadão) e o objeto (informação) em uma relação em que o sujeito não se sinta estranho ao objeto, tornando esta relação mais “familiar”.

Lousada (2016, p. 121) complementa que a mediação da informação “é uma atividade que está arraigada no cotidiano, seja social (indivíduos, grupos ou comunidades), seja institucional (bibliotecas, arquivos, museus e empresas, etc.), constituindo-se como fundamento social de ação e interação”.

Posto isto, Vaz e Araújo (2016, p. 6) afirmam que existe uma conexão entre arquivo e sociedade:

O arquivo é uma unidade de informação conectada com a sociedade ao qual pertence e compõe cada vez mais um sistema complexo e interconectado. Por ser uma unidade de informação conectada e integrada à comunidade que o cerca, é extremamente necessário ao campo compreender, ou até mesmo criar metodologias que possam atender cada usuário, dentro das especificidades de cada um.

A percepção dos usuários e da comunidade sobre a missão/função do arquivo, além do conhecimento do perfil dos mesmos, torna-se um instrumento de aferição da importância do arquivo para a sociedade, na medida em que, a partir de então, será possível analisar os motivos que distanciam ou aproximam as pessoas de adentrarem e conhecerem a instituição.

A passagem de uma mediação passiva, característica do início do século XIX, dá lugar a uma mediação pós-custodial, marcada pelo uso e aceso da informação durante o pós-segunda guerra mundial, o qual fez surgir com “explosão da informação” uma nova forma para atender as necessidades dos usuários, emergindo então, nesse contexto uma mediação que segundo Ribeiro surge:

[...] através da emergência de uma linguagem, de um sistema de representações comum a toda a sociedade, a toda a cultura, e, ao mesmo tempo, a emergência deste sistema de representação constrói um sistema social, colectivo, de pensamento, de relações de vida – uma sociabilidade, entendida como o conjunto de condutas, de representações e de práticas pelas quais é reconhecida numa pessoa a sua pertença a uma sociedade ou que são comuns a todos os que pertencem a uma mesma comunidade (RIBEIRO, 2010, p. 65).

O conceito de mediação foi desenvolvido, inicialmente, pensando-se nos serviços de referências no âmbito das bibliotecas, podendo ser apropriada pela Arquivologia, objetivando entendimento da forma com que o usuário e o arquivista lidam com a informação e de que forma o entorno social, as influências e os poderes interferem nessas relações (LOUSADA, 2015, p. 99).

Difusão em arquivos sem mediação e o estudo de usuário tende a ser uma tarefa com predisposições a falhas, atribuindo a estas, o desinteresse por parte do seu público. Entender o meio em que a instituição está inserida, conhecer seu usuário/cliente em potencial, como também os ocasionais, são pré-requisitos importantes para a realização de difusão sociocultural em arquivos.

3. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ – APEP: CARACTERIZAÇÃO E ELEMENTOS HISTÓRICOS.

O Arquivo Público do Estado do Pará, instituição centenária, subordinada à Secretaria de Estado de Cultura (SECULT), está incluso entre os cinco arquivos mais antigos e importantes do Brasil- Arquivo Nacional-1838, Arquivo Público do Paraná-1855, Arquivo Público da Bahia-1890, Arquivo Público de Minas Gerais-1895 (TORII, 2016).

O APEP foi fundado em 1894, com intuito de guardar e preservar a memória da Amazônia, sendo vinculado a Biblioteca Pública do Pará, seu acervo era constituído pela documentação da antiga secretaria da Capitania do Governo (TORII, 2016).

De acordo com a Lei Estadual nº 164 de 31 de maio de 1894, o APEP tem sob custódia documentos dos séculos XVII, XVIII, XIX, referentes à Capitania do Grão-Pará, Maranhão e Rio Negro, correspondente a atual Amazônia.

A criação oficial do APEP se dá em 16 de abril de 1901, por meio do Decreto nº 996/1901, instituído pelo governador Augusto Montenegro. Durante anos funcionou em conjunto com a Biblioteca, como até hoje pode ser observado em sua faixa esta denominação (fig. 1).

Figura 1- Frente do Arquivo Público do Estado do Pará.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará

Em 1986 acontece a separação das instituições, quando a Biblioteca passa a funcionar na Fundação cultural do Pará Tancredo Neves, ficando no prédio de estilo

neoclássico, que antes abrigava o Banco Comercial, apenas o APEP (PACHECO; TORII, 2015).

Segundo Torii (2016, p. 36) A lei nº 164 de 1894 e o decreto nº 996 de 1901, são duas bases legais importantes e recorrentes, no que tange a informações sobre a criação do APEP, pois:

[...] nas duas legislações ficam muito nítidas as funções que o Arquivo passaria a desempenhar: o recolhimento, o tratamento e a difusão dos documentos considerados históricos do estado do Pará, num governo que estava se fundamentando como República.

Atualmente seu acervo é constituído de aproximadamente quatro milhões de documentos, dispostos em quase 1.800 metros lineares, entre documentos avulsos e códices, textuais e iconográficos dos séculos XVII ao XX.⁵

O acervo da instituição encontra-se dividido em três grandes áreas documentais: Poder Judiciário, Poder Legislativo e Poder Executivo.

- **Judiciário:** Documentação correspondente aos séculos XIX e XX, recolhida de cartórios e Juízos Judiciários do Estado do Pará. Constitui-se de inventários, autos diversos, certidões de casamento, nascimento e óbitos, mandados judiciais e inquéritos. Mensuração do acervo, aproximadamente 171,86 metros lineares (PACHECO; TORII, 2015).
- **Legislativo:** Documentação correspondente aos séculos XIX e XX, recolhida do Poder Legislativo. Constitui-se de projetos de leis, leis, atas, ofícios, atestados, prestações de contas, requerimentos, decretos, pareceres e portarias. Mensuração do acervo, aproximadamente 20 metros lineares (PACHECO; TORII, 2015).
- **Executivo:** Documentação do período XVII ao XX (período Colonial, Imperial e Republicano) relacionada e produzida pela administração do Governo na região. Mensuração do acervo, aproximadamente 1.568 metros lineares (PACHECO; TORII, 2015).

Os documentos recolhidos ao APEP são provas de disputas políticas e territoriais ocorridas no passado, carregavam um cunho de comprovação jurídica das propriedades consideradas devolutas, encontrada principalmente na

⁵ Catálogo de documentos manuscritos: Período Colonial (1649-1823).

documentação relacionada às cartas de sesmarias.⁶ (DA SILVA BATISTA; TORII, 2018).

Sendo assim, o Estado tinha interesse na documentação para que pudesse se apropriar das terras e torna-las públicas, devido a isso, durante o recolhimento da documentação houve uma priorização dos políticos na seleção e organização dos documentos relacionados à problemática das terras devolutas, como também, aqueles que comprovavam fronteiras do Brasil com outros países que faziam limites com a região Amazônica e o Pará, assim como os limites entre os municípios do Pará (DA SILVA BATISTA; TORII, 2018).

Segundo Da Silva Batista e Torii (2018, p. 554) o recolhimento da documentação para composição do acervo do APEP, pode ser analisado em uma mensagem de 1906 onde:

[...] o Governador Augusto Montenegro ressaltava a importância de um recolhimento de livros e papéis do Pará, sobretudo aqueles referentes às terras existentes nos arquivos municipais. Aqui se revela nitidamente que a preservação documental não era mero interesse de uma manutenção arquivística mais ampla, ela nascia atrelada aos interesses políticos que aqui se vislumbram no caso das terras do Pará, em uma época de forte crescimento econômico, social e demográfico e também o mesmo Governador demonstrava que a ação no Arquivo deveria ir além do recolhimento documental.

Para os referidos autores é essencial a compreensão da necessidade de criação de arquivos, assim como, dos documentos que constituem seus acervos, como uma forma de entender, refletir e analisar as construções sociais que se encontram circundadas por relações de poder e litígios políticos na construção do passado (DA SILVA BATISTA; TORII, 2018, p. 557).

O APEP representa bem mais que um simples prédio histórico “bonito” e de aparência suntuosa, comprovada na sua belíssima arquitetura e no seu imponente salão de pesquisa (fig 2).

⁶ As cartas de sesmaria devidamente confirmadas pelo rei de Portugal foram o meio adequado, à luz da legislação em vigor naquela época, para transferir a propriedade da terra para os particulares produzindo seus efeitos jurídicos até hoje. <http://www.iterpa.pa.gov.br/sites/default/files/sesmarias.pdf>

Figura 2- Salão principal, onde são realizadas as pesquisas.



Fonte: Produzida pelo autor

A grandiosidade da instituição encontrasse na riqueza histórica, científica e cultural imersa em aproximadamente 1.800 metros lineares de documentos que devem ser amplamente difundidos das mais variadas formas possíveis, de modo que consiga abranger a sociedade por meio de programações socioculturais, usando os métodos que melhor se adequem aos diversos perfis de usuários.

3.1. A DIFUSÃO NO ÂMBITO DA APEP.

Posto as metodologias que abordam a temática que compreendem a difusão em arquivos permanentes, vamos tecer um breve contexto sobre as atividades e serviços ofertados pelo APEP, os quais apresentam aspectos de difusão educacional, editorial e cultural. Vamos abordar dois projetos importantes concernentes à temática e traçaremos comparativos com a metodologia utilizada no Projeto “Arquivos de Portas Abertas” de 2018, o qual utiliza os recursos tecnológicos da difusão virtual, tais como: o uso das redes sociais no compartilhamento de suas programações.

O projeto cultural intitulado “Conservação e Acesso: digitalização da documentação colonial existente no arquivo público do Estado do Pará-APEP”⁷ (fig. 3) finalizado em 2011, surge de um contrato celebrado entre o APEP, a Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado do Pará-ARQPEP⁸ e a Caixa Econômica Federal.

⁷ <http://arqpep.blogspot.com/2011/04/>

⁸ <http://arqpep.blogspot.com/>

Figura 3- Abertura do Projeto na Estação Gasômetro em Belém.



Fonte: Arquivo Administrativo APEP

A outorga ao APEP em 2011, do selo “Memória do Mundo/Memory of the World – MOW”⁹ concedido pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), pode ser considerado um fator primordial para que o projeto conseguisse patrocínio.

Diante disso, o projeto trouxe como proposta a digitalização do acervo histórico do fundo: Secretaria de Governo da Capitania- período colonial do Brasil (1649-1823), considerada a documentação mais antiga do acervo do APEP.

A preservação e o acesso tem relevância incontestável para a difusão da informação, porém, o projeto trouxe a possibilidade de desenvolver uma ação voltada para a educação patrimonial, incluindo dentro das suas atividades a colaboração de 120 pessoas, entre jovens em situação de risco, alunos de escola pública, pessoas com necessidades especiais¹⁰, terceira idade e jovens que cumprem medidas socioeducativas¹¹ (fig 4-5).

Figura 4- Imagem da segunda turma atendida pelo projeto.



Fonte: Arquivo Administrativo APEP

⁹ O programa Memória do Mundo da UNESCO promove a preservação e o acesso ao patrimônio documental da humanidade. <https://mowlac.wordpress.com/what-is-the-memory-of-the-world-program/>

¹⁰ <http://jornalcorreiojurunense.blogspot.com/2011/03/caixa-economica-destinara-r-600-mil.html>

¹¹ <http://www.fasepa.pa.gov.br/?q=node/252>

Figura 5- Imagem da sétima turma atendida pelo projeto.



Fonte: Arquivo Administrativo APEP

De acordo com o relatório final do projeto, usado para extrair as informações aqui utilizadas, o objetivo do trabalho era o reconhecimento do patrimônio histórico, trabalhando as noções de preservação e conservação, como também, a possibilidade de capacitar e promover a inclusão social, diante de um público bastante diversificado.

Em 2012 ainda como resultante do projeto, tem-se a produção e publicação do livro intitulado “Catálogo de documentos manuscritos- Período colonial 1649-1823”. (fig. 6)

Figura 6- Livro -Catálogo de Documentos Manuscritos- Período Colonial 1649-1823



Fonte: Arquivo Administrativo APEP

O segundo projeto intitulado “Preservação, conservação e acesso: proposta de tratamento técnico da documentação “avulsa” do Arquivo Público do Pará” (fig. 7) de 2013, sob o contrato de nº 6000.0068925.11.2, tendo como patrocinador o Programa Petrobras Cultural em parceria com a ARQPEP e o APEP, teve como proposta o tratamento técnico (identificação, higienização e recuperação) de 136

fundos, sendo possível assim, produzir os instrumentos de pesquisa para facilitar o acesso.

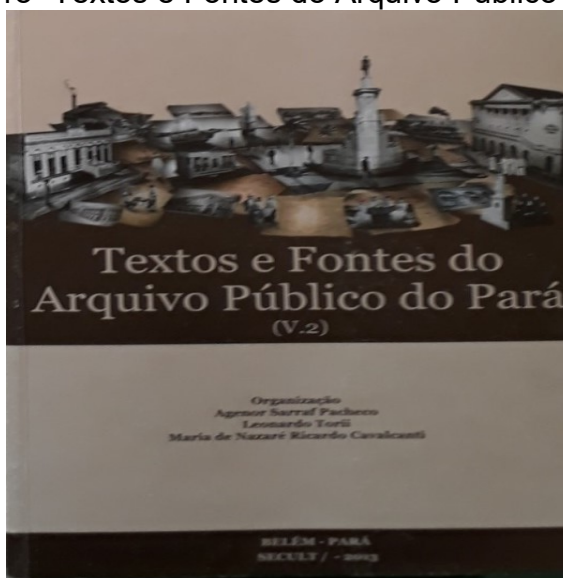
Figura 7- Imagem de uma das etapas do tratamento técnico da documentação avulsa do APEP.



Fonte: Relatório final do projeto

De acordo com o relatório final do projeto, o trabalho desenvolvido, teve como resultante a produção e publicação do livro “Textos e fontes do Arquivo Público do Pará Vol.2”¹² (fig. 8) lançado durante o ciclo de palestras “Editais Culturais”¹³.

Figura 8- Livro -Textos e Fontes do Arquivo Público do Pará (V. 2)



Fonte: Arquivo Administrativo APEP

¹² <https://drive.google.com/file/d/0B0UFzTQ--dr4NklZb3ZDT1pVVTA/edit>

¹³ <https://www.semas.pa.gov.br/2013/page/35/>

O projeto intitulado “Arquivos de portas Abertas”, lançado oficialmente em março 2018 pela SECULT¹⁴ (fig. 9), idealizado pelo atual diretor do APEP Leonardo Torii em parceria com Governo do Estado do Pará por meio da SECUT, tem como objetivo oferecer mensalmente uma palestra da área da Arquivologia, História e outras áreas afins, além de uma visita guiada. O projeto surge como uma proposta de aproximação da sociedade em geral com o Arquivo Público do Estado do Pará.

Figura 9- Layout da página da SECULT divulgando o Projeto Arquivo de Portas Abertas na internet.



Fonte: <http://www.secult.pa.gov.br/>

Na primeira visita guiada (fig. 10) contou com a presença de 25 pessoas, entre estudantes do curso de arquivologia, professores e sociedade em geral que estavam dispostos a conhecer suas instalações após sua reforma, que impossibilitou durante 3 anos a oferta desta atividade.

Figura 10- Convite para visita guiada, divulgada por meio de uma das redes sociais da instituição.



Fonte: Instagram APEP

¹⁴

<http://www.secult.pa.gov.br/noticia/arquivo-p%C3%BAblico-inicia-o-projeto-arquivo-de-portas-abertas>

Em outro momento do projeto, voltado à educação fundamental, o APEP recebeu a escola Tenente Rêgo Barros (fig. 11), como também, ofertou a primeira palestra intitulada “A Trajetória de Vida e Legado Documental de um Cientista da Amazônia” (fig. 12) ministrada pelo professor Nelson Sanjad, doutor em História das Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz, contou com a presença de 39 participantes. (fig. 13)

Figura 11- Primeira visita guiada do projeto Arquivo de Portas Abertas, voltada ao ensino fundamental.



Fonte: Instagram APEP

Figura 12- Convite para primeira palestra do Projeto Arquivo de Portas Abertas, divulgado por meio de uma das redes sociais da instituição.



Fonte: Facebook APEP

Figura 13- Público da primeira palestra do Projeto Arquivo de Portas Abertas.



Fonte: Instagram APEP

Os responsáveis pelo projeto se utilizaram das redes sociais para a divulgação e compartilhamento destas e de outras programações do projeto. (fig. 14-15)

Figura 14- Convite para palestra intitulada “História, Memória e Arquivos: Reflexões Interdisciplinares”.



Fonte: facebook APEP

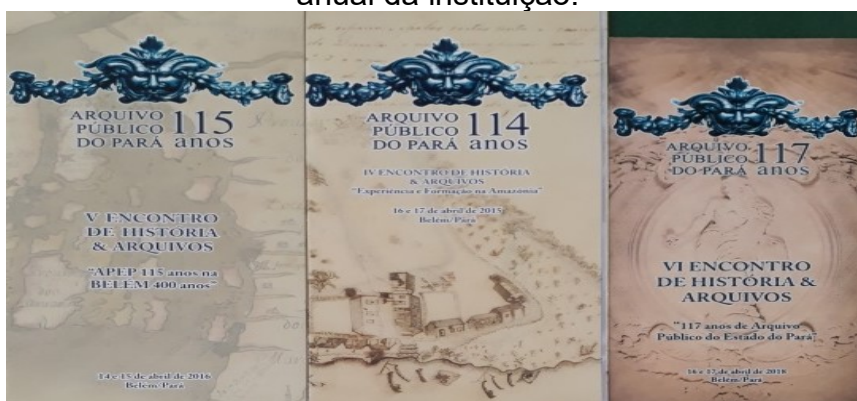
Figura 15- Visita dos estudantes do XXII ENEARQ- Encontro Nacional dos Estudantes de Arquivologia de 2018.



Fonte: facebook APEP

Anualmente no mês de abril, o APEP oferece uma programação específica em decorrência da comemoração do seu aniversário de fundação (fig. 16) essa programação oferece ciclo de palestras e oficinas, durante alguns dias da semana, geralmente abordando assuntos referentes à documentação, arquivologia, história entre outros.

Figura 16- Folders das programações alusivas as comemorações do aniversário anual da instituição.



Fonte: Arquivo administrativo APEP

Para analisarmos de forma quantitativa a proporção de atendimentos e serviços prestados pelo APEP, vamos levar em consideração um período compreendido entre 2012 a 2017. Vale ressaltar que durante esse período ocorreram algumas intercorrências relativas à instituição, tais como: denúncia de incêndio¹⁵, denúncias de abandono do prédio por parte do poder público¹⁶, vistoria do corpo de bombeiro militar¹⁷, resultando em uma petição pública¹⁸ com 581 assinaturas, que tinha como objetivo sensibilizar as autoridades competentes para a efetivação da reforma do prédio da instituição.

O Prédio que desde 1990 não recebia reforma, entre os períodos de abril a junho de 2014, teve todo o seu patrimônio documental, equipamentos e funcionários transferidos para um prédio provisório, cedido pela ALEPA (Assembleia Legislativa do Estado do Pará), localizado na Travessa Félix Roque, 262, bairro da Cidade

¹⁵ Matéria publicada no jornal impresso “Amazônia” de 01 de jun. 2012, p. 2 caderno: gerais. Título: “Arquivo Público sofre dano” subtítulo: prédio de 1858 é atingido por curto-circuito e precisa de restauração, segundo movimentos culturais.

¹⁶ Matéria publicada no jornal impresso “O Liberal” de 11 de jul. 2012, p. 9, caderno: atualidades. Título “MPF abre inquérito para apurar denúncia de abandono do Arquivo Público”.

¹⁷ Matéria publicada no jornal impresso “O Liberal” de 02 de set. de 2012, p. 8, caderno: atualidades. Título: “Documentos históricos estão sob risco”.

¹⁸ <https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=P2012N25086>

Velha-Belém, permanecendo neste local durante 3 anos, retornando ao prédio de origem em outubro de 2017 (PACHECO; TORRI 2015).

Diante de todos esses entraves e a permanência durante um longo tempo em um local improvisado e que não dispunha de instalações adequadas para abrigar os usuários, além da impossibilidade de desenvolver atividade e serviços para a comunidade, a direção do APEP em diálogo com os funcionários, organizaram, no prédio provisório, um ambiente mínimo para atender até cinco pesquisadores por dia por meio de pesquisa agendada (PACHECO; TORRI 2015).

Abaixo nas tabelas e gráficos encontram-se alguns dados coligidos referentes a usuários, visitantes, origem dos usuários, acervos mais pesquisados, como também um comparativo do quantitativo de usuários e visitantes do Projeto Arquivo de Portas Abertas.

Para definição de usuário quantificados nesta análise, utilizou-se o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p. 196) que traz por definição de usuário “pessoa física ou jurídica que consulta arquivos, também chamada consulente, leitor ou pesquisador” e como visitante podemos definir aquela pessoa que deseja conhecer a instituição, sem necessariamente ter a obrigação de estar realizando uma pesquisa. A seguir é apresentada a tabela 1 demonstrando os dados do quantitativo de usuários e visitantes nos períodos compreendidos entre 2012 a 2017.

Tabela 1- Quantitativo anual dos usuários e visitantes do APEP

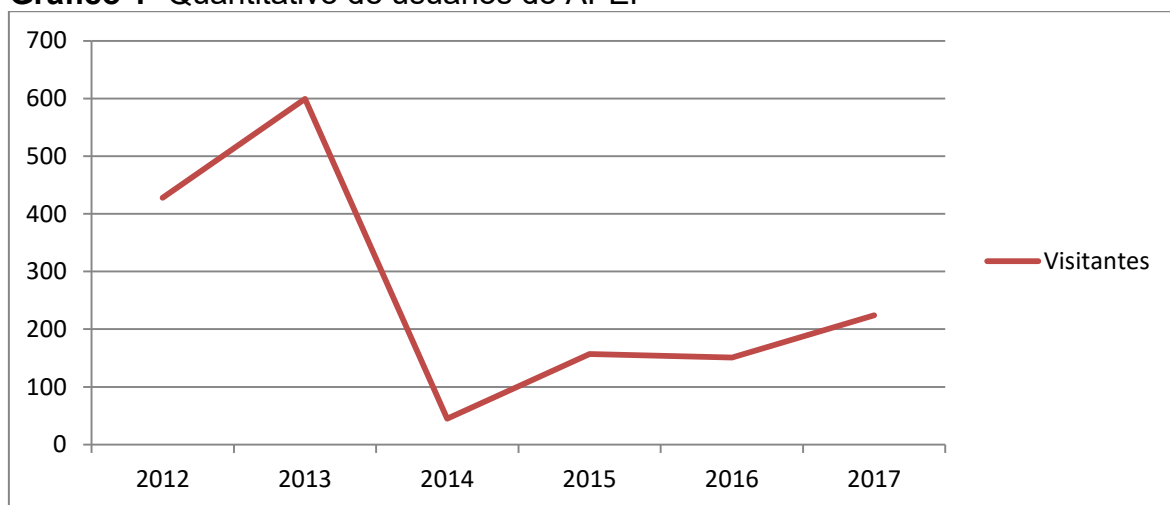
	Usuários e visitantes	%
2012	428	26,68%
2013	599	37,34%
2014	45	2,81%
2015	157	9,79%
2016	151	9,41%
2017	224	13,97%
Total	1604	100,00%

Fonte: Elaborada pelo autor por meio de Informações extraídas dos relatórios de atividades do APEP

Diante dos fatores descritos por conta da reforma da instituição, os dados aqui quantificados, sofreram alterações significativas entre os períodos de 2012 a 2017. Os relatórios de atividades da instituição serviram de base para coleta de dados e permitiram comprovar a significativa redução de usuários e visitantes.

Durante o ano de 2012 era de 26,68%, no ano de 2014 tem uma decaída para 2, 81%, em 2017 sobe para 13,97% sendo que durante esse período, a instituição suspendeu os atendimentos de fevereiro a setembro, com o propósito de preparar a documentação para a transferência, retornando então ao prédio de origem e passando a atender normalmente os usuários e visitantes apenas no final do mês de outubro. Abaixo o gráfico 1 para uma melhor análise dos períodos.

Gráfico 1- Quantitativo de usuários do APEP



Fonte: Elaborada pelo autor por meio de Informações extraídas dos relatórios de atividades do APEP

Por meio do gráfico acima, podemos perceber o declínio ocorrido no ano de 2014, em decorrência das inúmeras denúncias e manifestações que contribuíram para que a reforma acontecesse, um período marcado por lutas conjuntas¹⁹ para que a instituição continuasse a servir não somente a sociedade brasileira, mas também a comunidade internacional, como pode ser comprovada por meio das matérias jornalísticas apresentadas na época²⁰.

A tabela 2 evidencia a origem dos usuários e visitantes, optou-se por diferenciar instituições com cunho educacional das outras instituições que aqui estão referenciadas por empresas privadas e órgão públicos, assim como as visitas que estão relacionadas a coletivas e individuais de brasileiros e estrangeiros.

¹⁹ Matéria publicada no jornal impresso "O liberal" de 31 de ago de 2012. P. 8 Caderno: Atualidades. Título: "MPE quer a manutenção do Arquivo Público".

²⁰ Matéria publicada no jornal impresso "Diário do Pará" de 20 de nov 2012, p. B 8 caderno: Brasil. Título: "Moção em defesa do Arquivo Público".

Tabela 2- Quantitativo referente à origem dos usuários e visitantes do APEP

	Qtd. Total	%
Universidade- Brasil	931	58,04%
Universidade- exterior	18	1,12%
Escola- fundamental e médio	19	1,18%
Outras instituições	255	15,90%
Visitas	381	23,75%
Total Geral	1604	100,00%

Fonte: Elaborada pelo autor por meio de Informações extraídas dos relatórios de atividades do APEP

A origem da maior parcela de usuários constitui-se em 58,04% de brasileiros oriundos de universidades públicas e privadas, principalmente do estado do Pará, sendo um número significativo de usuários da UFPA (Universidade Federal do Pará) e de outros estados como: São Paulo, Rio de Janeiro, Amazonas, Minas Gerais, Amapá entre outros.

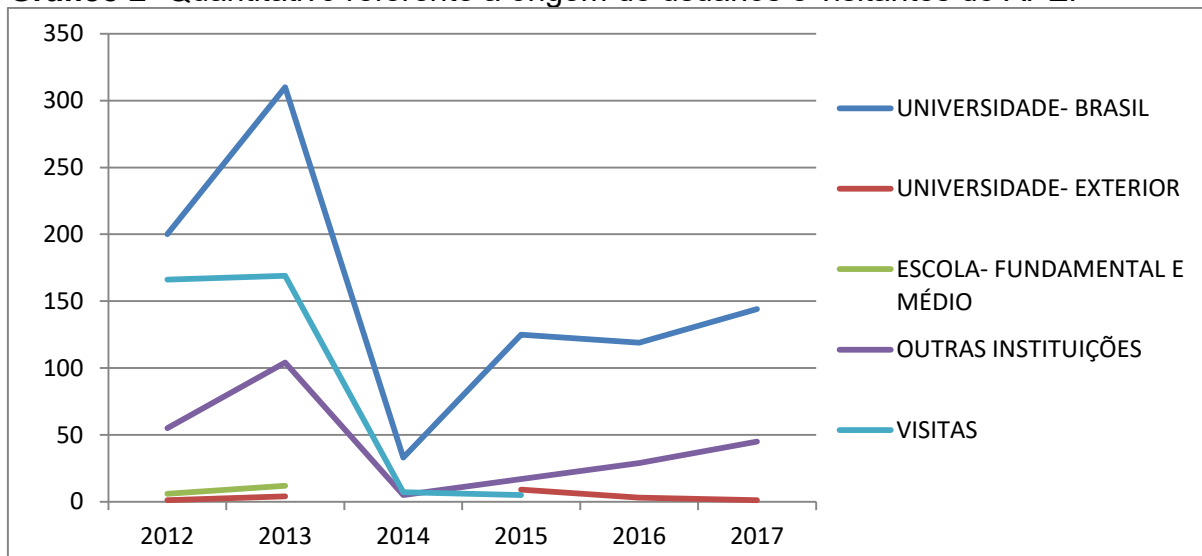
O número relativo a usuários de universidades no exterior totaliza 1,12% e são oriundos de instituições como: *University of Cologne*- Alemanha, *University of Barcelona*, *New York University*, *Eastern Connecticut State University*, *Universidad Pablo de Olavide*-Espanha, *Universidade de St. Andrews*- Reino Unido, entre outras.

Os usuários das escolas de nível fundamental e médio são oriundos exclusivamente do Brasil, sendo 1,18% da sua totalidade do estado do Pará e de municípios vizinhos a Belém, o que comprova que os documentos de arquivo são pouco utilizados para pesquisa por parte desse tipo de usuário.

Outras instituições somam 15,90% e são referentes a usuários oriundos de empresas privadas e órgãos públicos, na sua maioria do estado do Pará, tais como: SEDUC (Secretaria de Estado de Educação), Ministério Público do Pará, Instituto Evandro Chagas, Construtora Village Ltda dentre outros.

As visitas estão relacionadas a coletivas, geralmente de escolas de ensino fundamental e médio e universidades públicas e privadas no Brasil. As individuais são referentes aos profissionais da área do comércio de Belém, turistas e cidadão comum que sentem curiosidade em conhecer as instalações da instituição, totalizando 23,75% de visitantes oriundos do Brasil e exterior.

Uma observação importante, o número de visitas coletivas durante os anos de 2014 a outubro de 2017 foram suspensas devido à reforma do prédio.

Gráfico 2- Quantitativo referente à origem de usuários e visitantes do APEP

Fonte: Elaborada pelo autor por meio de Informações extraídas dos relatórios de atividades do APEP

Sendo assim, o gráfico 2 apresenta uma melhor análise da trajetória quantitativa ao longo dos anos compreendidos na pesquisa, evidenciando novamente um declínio total de todas as categorias no ano de 2014, passando a melhorar um pouco mais em 2016 e 2017.

A tabela 3 evidencia os 14 acervos mais consultados, merecendo destaque a Secretaria do governo com 28,21%, Educação e cultura com 14,56% e Segurança pública 14,05%.

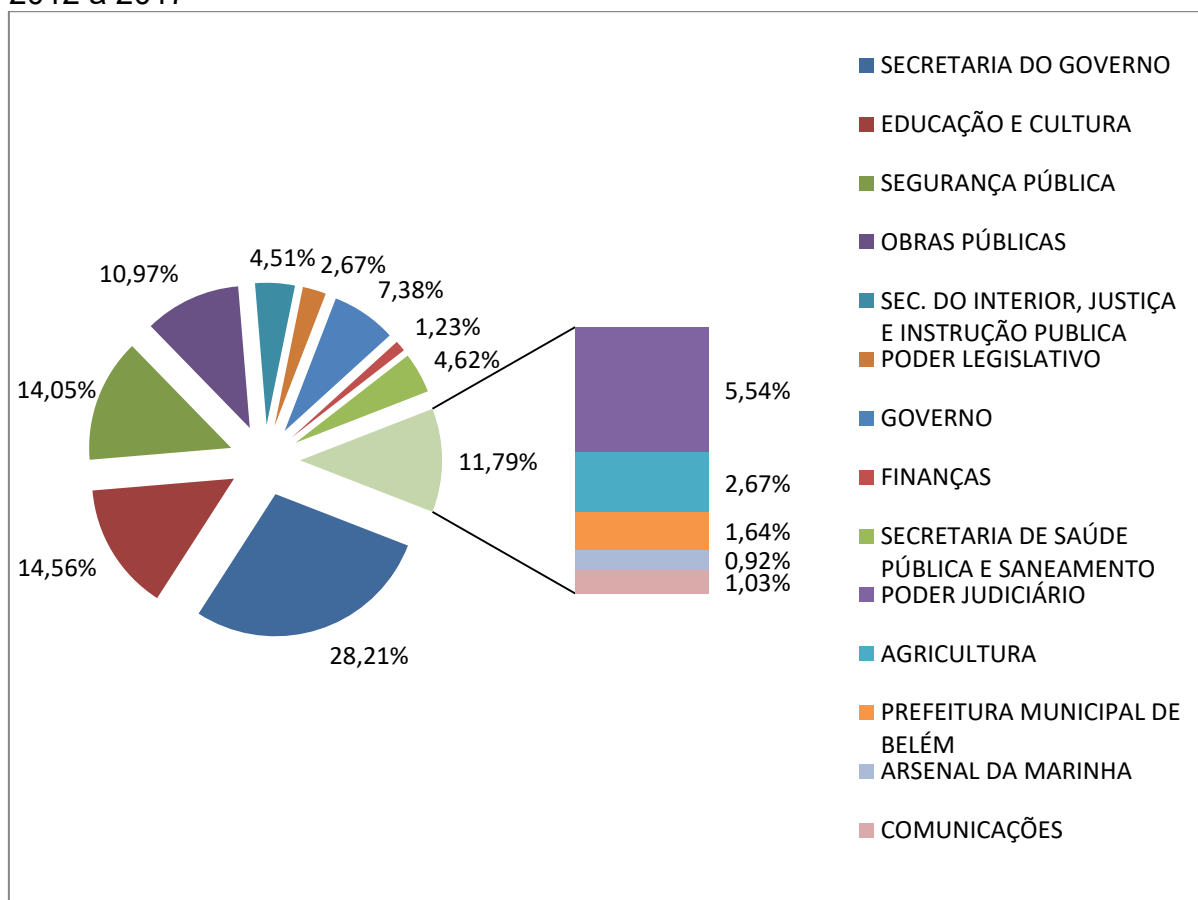
Infelizmente por falta de registros que contextualizam tecnicamente o acervo, informando a natureza de sua acumulação, a história administrativa e procedência das áreas e fundos, dificultou nesta pesquisa, uma descrição mais aprofundada sobre o contexto de que tratam os documentos mais pesquisados pelos usuários.

Tabela 3- Áreas e fundos mais pesquisados nos períodos compreendidos entre 2012 a 2017

	Total	%
Fundo Secretaria do governo	275	28,21%
Área Educação e cultura	142	14,56%
Área Segurança pública	137	14,05%
Área Obras públicas	107	10,97%
Fundo Governo	72	7,38%
Área Poder judiciário	54	5,54%
Área Secretaria de saúde pública e saneamento	45	4,62%
Fundo Sec. do interior, justiça e instrução pública	44	4,51%
Área Poder legislativo	26	2,67%
Área Agricultura	26	2,67%
Fundo Prefeitura municipal de Belém	16	1,64%
Área Finanças	12	1,23%
Área Comunicações	10	1,03%
Fundo Arsenal da marinha	9	0,92%
Total geral	975	100,00%

Fonte: Elaborada pelo autor por meio de Informações extraídas dos relatórios de atividades do APEP

Gráfico 3- Áreas e fundos mais pesquisados nos períodos compreendidos entre 2012 a 2017



Fonte: Elaborada pelo autor por meio de Informações extraídas dos relatórios de atividades do APEP

Como instrumento de pesquisa o APEP utiliza as listagens e guia de fundos, sendo que as listagens possuem os seguintes campos de descrição: área, fundo, série e data limite.

Importante ressaltar que apenas o acervo da documentação judiciária possui guia de fundos obedecendo aos padrões da NOBRADE²¹, porém dos 28 elementos de descrição existentes na norma, o instrumento obedece aos sete Elementos Obrigatórios (EO) que são: código de referência, título, data (s), nível de descrição, dimensão e suporte, nome dos produtores e condições e acesso. Na área de contextualização apenas apresenta o nome do produtor (EO), o que dificultou a descrição sobre a origem e custódia, referentes à trajetória do (s) produtor (es) desde sua criação até sua extinção (BRASIL, 2006).

Na área de conteúdo e estrutura, destinada à informação sobre o assunto e organização da unidade de descrição, o instrumento apresenta os campos: avaliação, eliminação e temporalidade, incorporações e sistemas de arranjo. Na área de condições de acesso e uso, destinada a informação sobre a acessibilidade da unidade de descrição, o instrumento apresenta: condições de acesso (EO), condições de reprodução e características físicas e requisitos técnicos.

A área sobre notas, destinada à informação especializada ou a qualquer outra informação que não possa ser incluída em nenhuma das outras áreas, o instrumento apenas apresenta notas sobre a conservação. (BRASIL, 2006).

Posto isso, a descrição arquivística é característica dos arquivos permanentes e esta atividade pode ser considerada como primordial para que o arquivo cumpra sua função de atender ao público, assim como, por meio do instrumento de pesquisa que é produto da descrição documental, é possível realizar de forma mais rápida a recuperação da informação, logo, facilita o acesso, sendo importantíssima para a difusão documental.

Ao analisar os dados coligidos sobre o projeto arquivo de Portas Abertas, apresentados na tabela 4 e relacionados aos meses de março a setembro de 2018, concernentes a atividades e serviços ofertados pela instituição (visitas monitoradas, palestra e oficinas) é possível notar que ao retornar a desenvolver essas atividades o APEP totalizou 711 participações em apenas sete meses, enquanto que se

²¹ http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf

traçarmos um comparativo com o total de usuários e visitantes no período compreendido de 2012 a 2017 temos um total de 1.604 usuários.

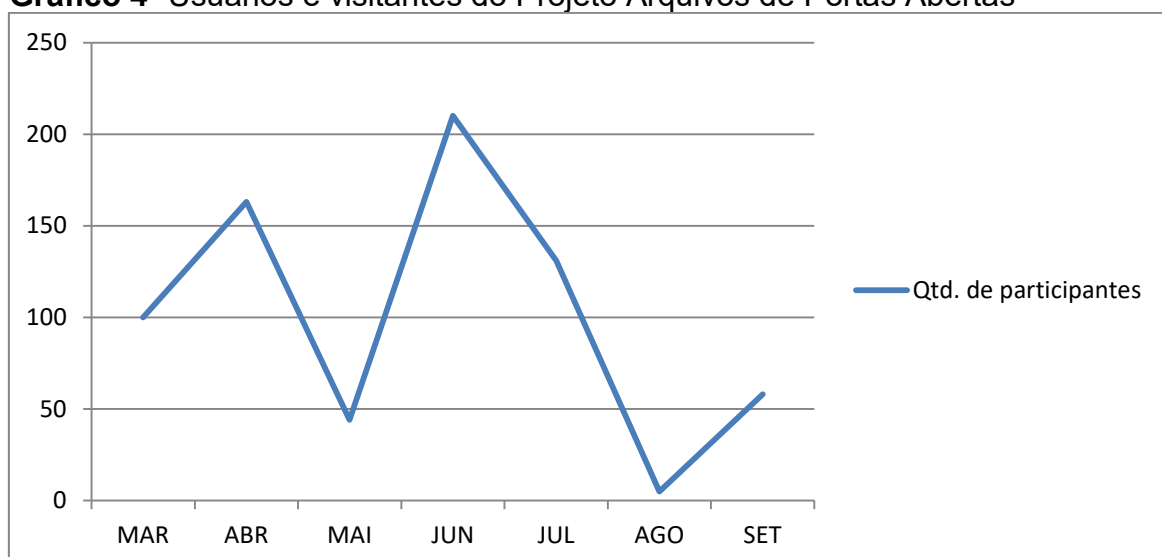
Sendo assim conclui-se que, em sete meses temos quase a metade de usuários e visitantes de seis anos, o que demonstra que atividades de difusão em arquivos, nas suas mais variadas modalidades, consegue obter um público representativo e participativo dessas atividades.

Tabela 4- Usuários e visitantes do Projeto Arquivos de Portas Abertas

	Qtd. de participantes	%
Mar	100	14,06%
Abr	163	22,93%
Mai	44	6,19%
Jun	210	29,54%
Jul	131	18,42%
Ago	5	0,70%
Set	58	8,16%
Total	711	100,00%

Fonte: Elaborada pelo autor por meio de Informações extraídas das listas de frequência dos usuários APEP

Gráfico 4- Usuários e visitantes do Projeto Arquivos de Portas Abertas



Fonte: Elaborada pelo autor por meio de Informações extraídas das listas de frequência dos usuários APEP

Desta maneira, por meio dos relatórios de atividades da instituição foi possível analisar alguns aspectos importantes para o desenvolvimento de métodos de

difusão em arquivos, como bem lembra Bellotto (2006), a função do arquivo permanente não é somente “velar” pelo patrimônio documental, existem inúmeras atividades, serviços, programas e projetos que podem ser trabalhados por meio da difusão arquivística para tornar os arquivos permanentes “atraentes” não somente aquele pesquisador seletor e habitual, mas a toda a sociedade dando “vida” à documentação e a instituição.

3.2. APLICAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS DADOS.

Em meio à confusão de um centro comercial, que outrora tinha como principal fonte de renda a borracha²², surge o APEP, em um contexto ideário aos centros urbanos de Paris. Atualmente o centro comercial em nada se assemelha ao do século XIX, onde a sociedade de padrões econômicos altos se caracterizava por uma tentativa em imitar os hábitos europeus, seja nas vestimentas, no consumo de produtos importados ou mesmo no gosto por atividades culturais como, por exemplo, ir ao teatro, parques, museus e bibliotecas, hábito que deixava notória a distinção social.

Atualmente o APEP se encontra no cerne de um centro comercial agitado, dinâmico e de uma rica diversidade cultural. Logo, em seu entorno encontram-se lojas, vendedores ambulantes do mais variados bens de consumos, como também, se caracteriza por uma área com grande circulação de pessoas e turistas, muitos dos indivíduos que por ali circulam, passam alheios à instituição ou muitas vezes sentem desejo em adentrar, porém, a correria do cotidiano mundo do trabalho acaba por postergar a visita.

Sendo assim, o universo da pesquisa se dá no cenário acima descrito, compreendendo as ruas do entorno da instituição (Campos Sales, Treze de maio, Manoel Barata e Frutuoso Guimarães) e compreendeu ao período de outubro a novembro de 2018, sendo aplicada uma amostragem de 50 entrevistas.

A escolha pelo número da amostragem se deu devido ao fato de a maioria dos entrevistados estarem em local e horário de trabalho, assim como as entrevistas

²² <http://portalparamazonia.blogspot.com/2016/01/a-belle-epoque-na-regiao-amazonica.html?m=0>

deveriam ser realizadas em horário de pouco movimento, o que dificultaria a coleta de uma amostragem mais ampla, podendo ocasionar ainda, o afastamento da área de delimitação da pesquisa (entorno do APEP) devido à recusa dos entrevistados.

As entrevistas tinham a composição de 10 questões com caracterização semiestruturada e de classificação mistas (abertas e fechadas) e foram aplicadas aos lojistas, vendedores (loja) e aos camelôs, sendo que a primeira pergunta está relacionada às informações sobre os dados pessoais dos entrevistados. Destaca-se ainda, que a pergunta 03 apresenta classificação fechada, a qual dependendo da resposta positiva do entrevistado dará origem a uma pergunta aberta, portanto, estará presente nos dois métodos de análise.

Logo, para a análise das 10 perguntas, tanto fechadas quanto abertas, utilizou-se do método de Análise de Conteúdo de Bardin (1977), cujo procedimento proporciona uma leitura tendo como base a interpretação por meio de classe que são elaboradas. Desta forma, buscou-se observar a frequência do termo no texto respondido por cada entrevistado, de modo a construir um conhecimento ao considerar o “discurso” utilizado pelo locutor ao responder as perguntas. Com esta análise se é permitido fazer interpretação e inferências sobre os dados levantados.

No decorrer desta pesquisa foi descrito uma variedade de atividades e serviços ofertados pelo APEP, porém, notou-se a ausência de um trabalho mais efetivo para o cidadão comum, o que pode ser comprovado por meio dos dados coligidos durante a pesquisa e acima descritos.

Sendo assim, o objetivo então será de conhecer a percepção que o cidadão comum tem sobre a instituição e sobre arquivo, além de entender os motivos que os levariam a se interessar pelo que a instituição custodia, como também fazer um levantamento da proporção de usuários, com este perfil, que já adentraram a um arquivo e ao APEP e por quais motivos. Por meio da pesquisa, será possível desenvolver atividades, projetos e programas para esse tipo de usuários.

Posto isso, a primeira análise será apresentada na tabela 5 e faz referência aos dados pessoais dos entrevistados, para que possamos tentar conhece-los por meio de perguntas como: sexo, idade, nível de instrução e profissão, estes dados também apareceram cruzados no decorrer da pesquisa por meio de análise multidimensional.

No grupo analisado, notou-se uma predominância de vendedores entre 19 a 30 anos, correspondendo a 34,00% do total, interessante registrar, que por mais que

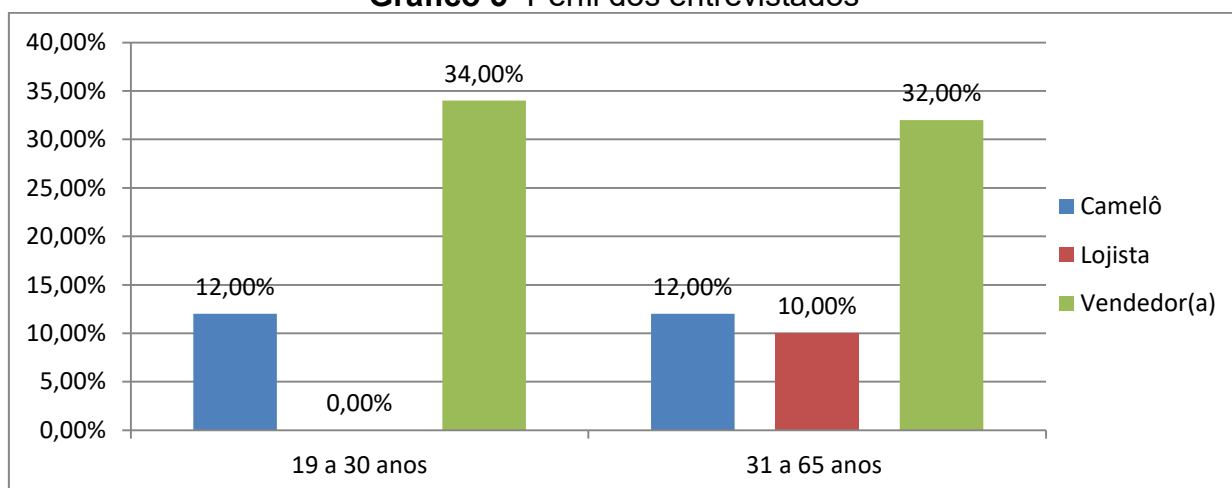
estivessem em horário de trabalho, houve pouca recusa por parte dos entrevistados com perfil de vendedor e camelô em responder as entrevistas, tendo recusa maior por parte dos lojistas que apresentam idade entre 30 a 65 anos, os quais correspondem apenas 10,00% do total dos entrevistados.

Tabela 5- Perfil dos entrevistados

	19 a 30 anos	31 a 65 anos	Total Geral
Camelô	12,00%	12,00%	24,00%
Lojista	0,00%	10,00%	10,00%
Vendedor(a)	34,00%	32,00%	66,00%
Total Geral	46,00%	54,00%	100,00%

Fonte: Elaborada pelo autor

Gráfico 5- Perfil dos entrevistados



Fonte: Elaborada pelo autor

A tabela 06 apresenta a análise das respostas, referente à pergunta: O que é arquivo para você?

No universo pesquisado, fica evidente perceber que a maior parcela dos entrevistados tem alguma percepção do que é arquivo e faz referência a documentos e dados importantes, como também relacionam ao prédio onde se guarda e armazena, mesmo não havendo, por parte dos entrevistados, uma clara diferenciação do que seja arquivo enquanto um conjunto de documento e o espaço físico responsável pela guarda.

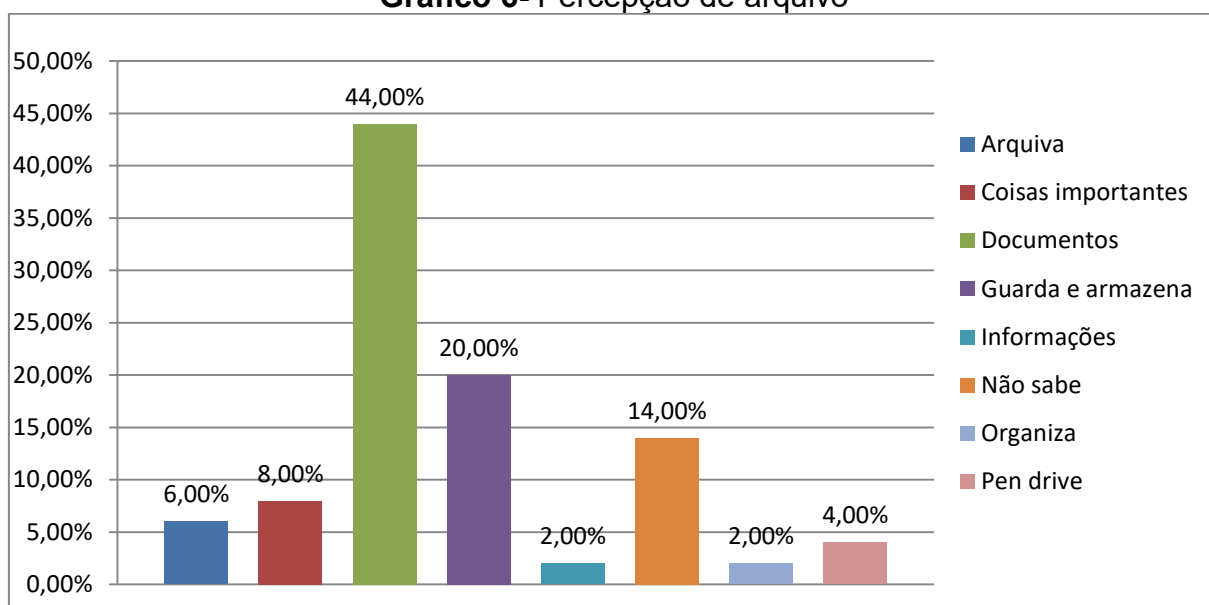
Um número relativamente baixo diz não saber o que é arquivo partindo dessa premissa, podemos inferir que a ideia que se tem sobre o desconhecimento do cidadão comum sobre arquivo é muito pequena.

Tabela 6- Percepção de arquivo

	Qtd.	%
Arquiva	3	6,00%
Coisas importantes	4	8,00%
Documentos	22	44,00%
Guarda e armazena	10	20,00%
Informações	1	2,00%
Não sabe	7	14,00%
Organiza	1	2,00%
Pen drive	2	4,00%
Total	50	100,00%

Fonte: Elaborada pelo autor

Gráfico 6- Percepção de arquivo



Fonte: Elaborada pelo autor

Mesmo tendo a percepção do que seja arquivo, ao ser indagado sobre o acesso a arquivos enquanto espaço físico, as respostas demonstram que existe uma parcela considerável de entrevistados que não adentraram a um arquivo, levando ao um questionamento sobre os motivos do não acesso.

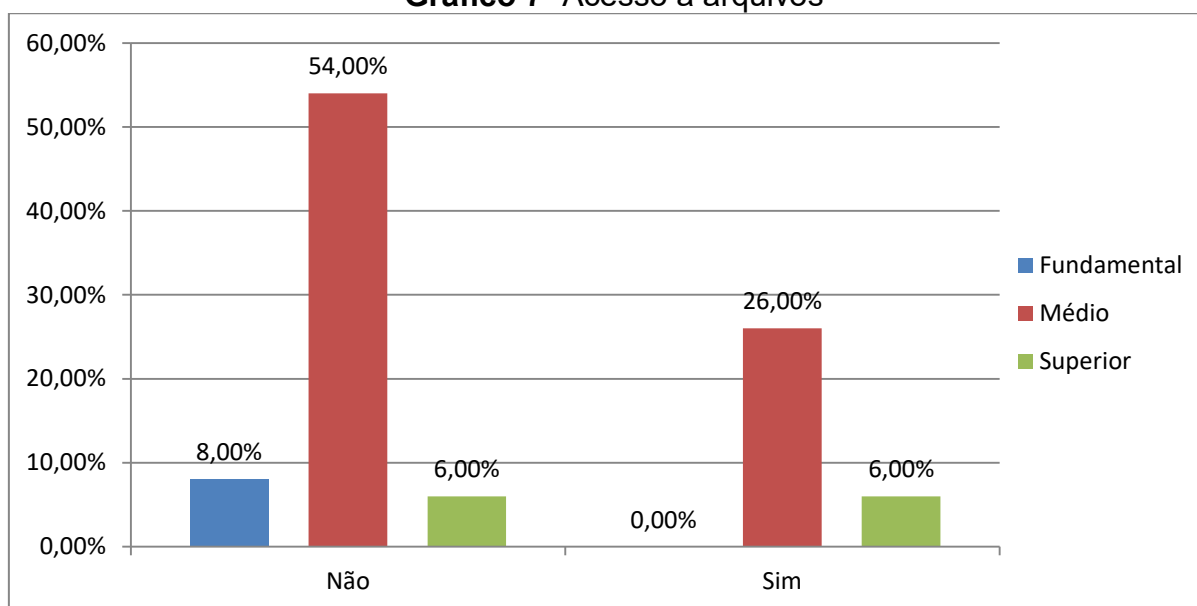
O nível de instrução educacional, muitas vezes defendido como fator principal a acesso a instituições culturais, não pode ser levado em consideração nesta pesquisa, devido ao fato de 80,00% dos entrevistados terem o nível médio como escolaridade, posto isso, outros fatores podem ser inferidos como entraves para o acesso.

Tabela 7-Acesso a arquivos

	Fundamental	Médio	Superior	Total
Não	8,00%	54,00%	6,00%	68,00%
Sim	0,00%	26,00%	6,00%	32,00%
Total	8,00%	80,00%	12,00%	100,00%

Fonte: Elaborada pelo autor

Gráfico 7- Acesso a arquivos



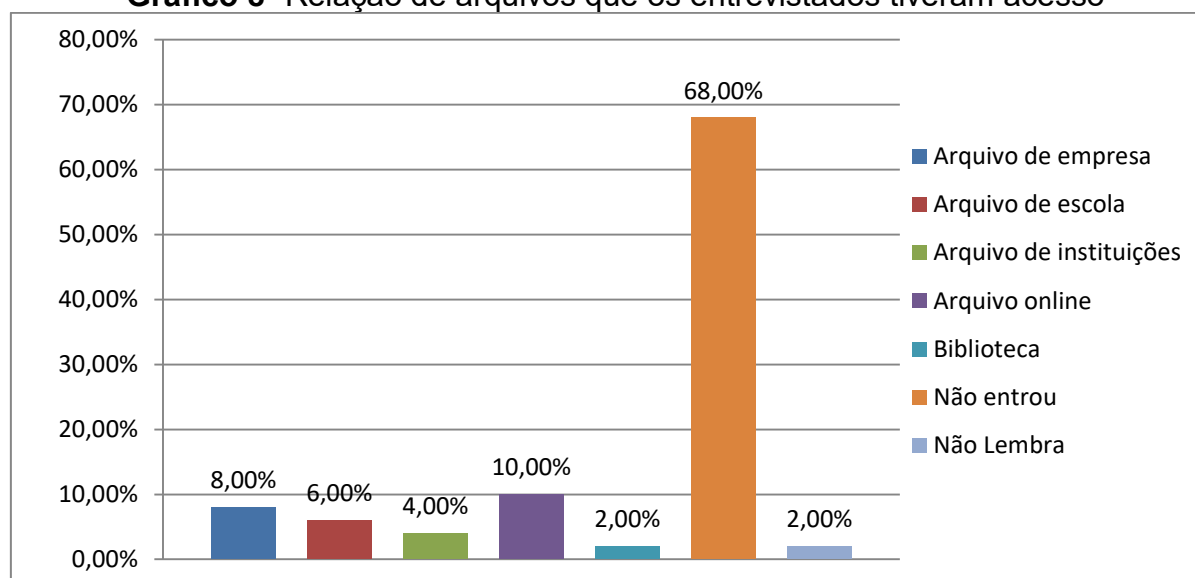
Fonte: Elaborada pelo autor

Aqui cabe uma análise sobre a resposta obtida no questionamento, no qual se pergunta a qual arquivo o entrevistado teve acesso. Vimos anteriormente que muitos têm a percepção do que seja arquivo, porém uma parcela pequena teve acesso. E mediante as respostas externadas por aqueles que tiveram acesso, a relação vinculada à arquivo, faz inferência a arquivos administrativos, muitas vezes de empresas e instituições associadas ao seu ambiente de trabalho ou a bibliotecas.

Tabela 8- Relação de arquivos que os entrevistados tiveram acesso

	Fundamental	Médio	Superior	Total	%
Arquivo de empresa		3	1	4	8,00%
Arquivo de escola		3		3	6,00%
Arquivo de instituições		1	1	2	4,00%
Arquivo online		4	1	5	10,00%
Biblioteca		1		1	2,00%
Não entrou	3	27	4	34	68,00%
Não lembra		1		1	2,00%
Total	3	40	7	50	100,00%

Fonte: Elaborada pelo autor

Gráfico 8- Relação de arquivos que os entrevistados tiveram acesso

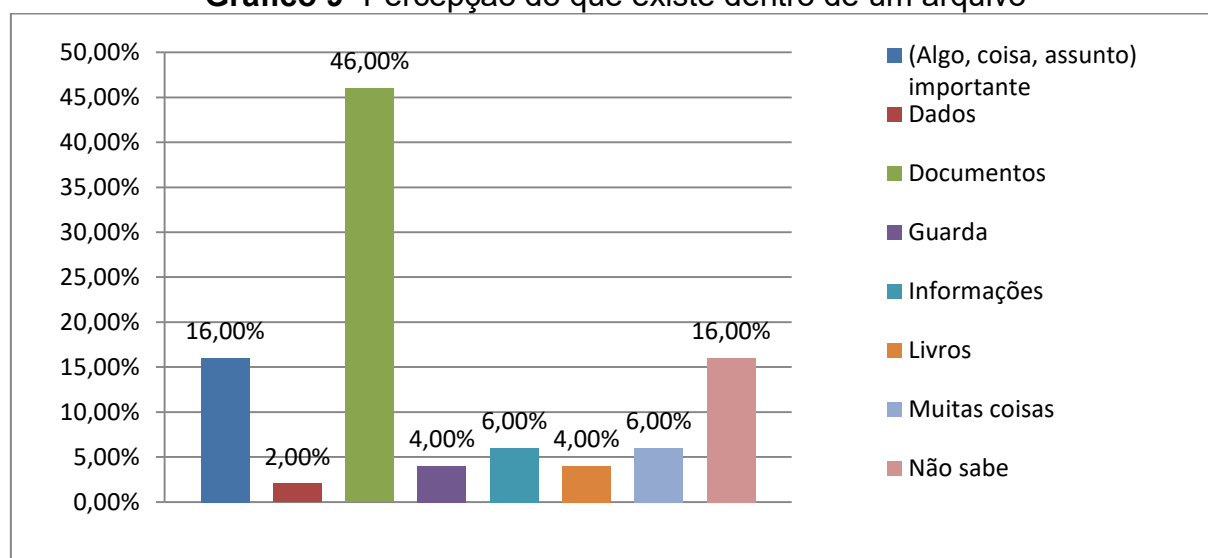
Fonte: Elaborada pelo autor

O que você acha que existe dentro de um arquivo? Nesta pergunta, os entrevistados sabem o que existe dentro de um arquivo e notou-se ainda, que a grande maioria relaciona arquivo a: documentos, algo, coisa e assuntos importantes, apesar de uma parcela significativa nunca ter adentrado em um arquivo enquanto espaço físico.

Tabela 9- Percepção do que existe dentro de um arquivo

	Qtd.	%
(Algo, coisa, assunto) importante	8	16,00%
Dados	1	2,00%
Documentos	23	46,00%
Guarda	2	4,00%
Informações	3	6,00%
Livros	2	4,00%
Muitas coisas	3	6,00%
Não sabe	8	16,00%
Total	50	100,00%

Fonte: Elaborada pelo autor

Gráfico 9- Percepção do que existe dentro de um arquivo

Fonte: Elaborada pelo autor

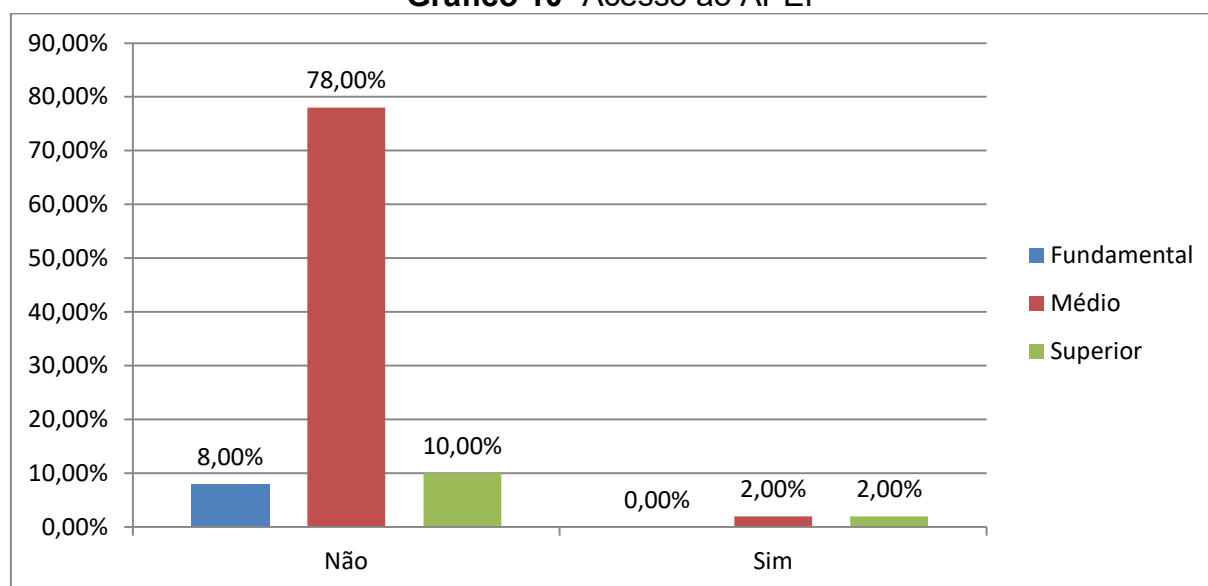
A constatação nas respostas obtidas, quando perguntado se já adentrou ao Arquivo Público do Estado do Pará, impressiona pelo desconhecimento de uma parcela elevada dos entrevistados que não conhecem e que não adentraram ao APEP. Ainda que o universo da pesquisa se caracterize pelo ambiente cotidiano de trabalho dos entrevistados, a instituição não é percebida como atração cultural por grande parte destes.

Outro fator a se destacar, fica por conta da descrição minuciosa de alguns entrevistados relatando com preciosidade de detalhes o uso de luvas e máscaras e o cuidado durante o manuseio dos documentos “antigos” por partes dos servidores e pesquisadores, mesmo que este entrevistado não tenha adentrado ao APEP, ao fazer tal descrição, fica perceptível que ele observa pelo lado de fora da instituição.

Tabela 10- Acesso ao APEP

	Fundamental	Médio	Superior	Total
Não	8,00%	78,00%	10,00%	96,00%
Sim	0,00%	2,00%	2,00%	4,00%
Total	8,00%	80,00%	12,00%	100,00%

Fonte: Elaborada pelo autor

Gráfico 10- Acesso ao APEP

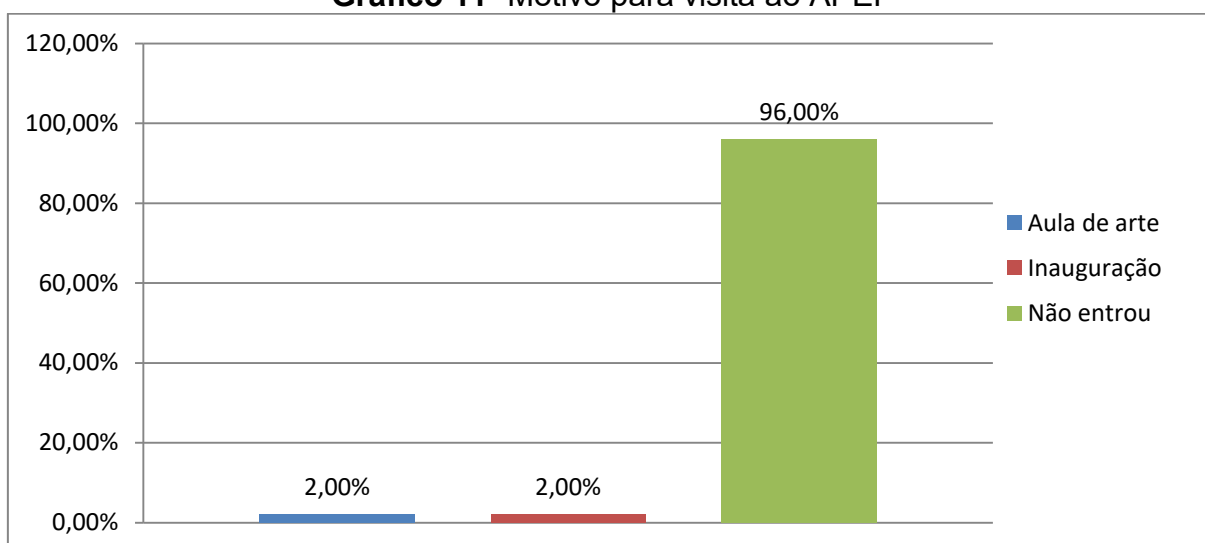
Fonte: Elaborada pelo autor

Em relação a pergunta anterior, originou-se a indagação. Se o entrevistado adentrou ao APEP, qual motivo o levou até a instituição? Se não bastasse a enorme diferença entre as pessoas que não adentraram em relação aos que adentraram, os motivos que os levam até a instituição, não partiu de uma instigação proposta pelo APEP por meio da disseminação das suas atividades, e sim, por motivos da reinauguração do espaço e trabalho escolar sobre a arquitetura do prédio.

Tabela 11- Motivo para visita ao APEP

	Fundamental	Médio	Superior	Total	%
Aula de arte		1		1	2,00%
Inauguração			1	1	2,00%
Não entrou	4	39	5	48	96,00%
Total	4	40	6	50	100,00%

Fonte: Elaborada pelo autor

Gráfico 11- Motivo para visita ao APEP

Fonte: Elaborada pelo autor

Na pergunta seguinte, optamos em conhecer os motivos que levariam a grande parcela que não adentrou ao APEP a adentrar. No grupo analisado, foi observado que 40,00% dos entrevistados relatam interesse em conhecer o que a instituição custodia, bem como sentem curiosidade em saber o que existe dentro do prédio e a forma como os profissionais trabalham.

Na opção que totalizou 20,00% “respostas diversas”, dentro dos motivos que levariam o entrevistado a conhecer o APEP, podem ser destacados como mais importantes: conhecer a história do Pará, uma oportunidade, algo importante referente ao estado e saber que tipo de documentos são guardados.

Diante disso, podemos evidenciar que barreiras como nível educacional e o fator econômico não são determinantes para que os mesmos não tenham acesso, na medida em que a maioria dos entrevistados estão cotidianamente as proximidades da instituição, não havendo gastos, portanto com deslocamento. Nessa hipótese, esses entraves não podem ser usados, teoricamente, como justificativa para que a visita não se concretize, deixando evidente a necessidade de divulgação e proposta atraentes para esse tipo de usuário, posto que os mesmos demonstram interesse em conhecer a instituição.

Essa hipótese pode ser aqui colocada, devido os entrevistados não usarem esses argumentos como fatores para o não acesso, mas elencarem como fatores determinantes: a inexistência de divulgação, o sentimento de não pertencimento, a falta de programações em horário diferente do trabalho, a inospitalidade por parte

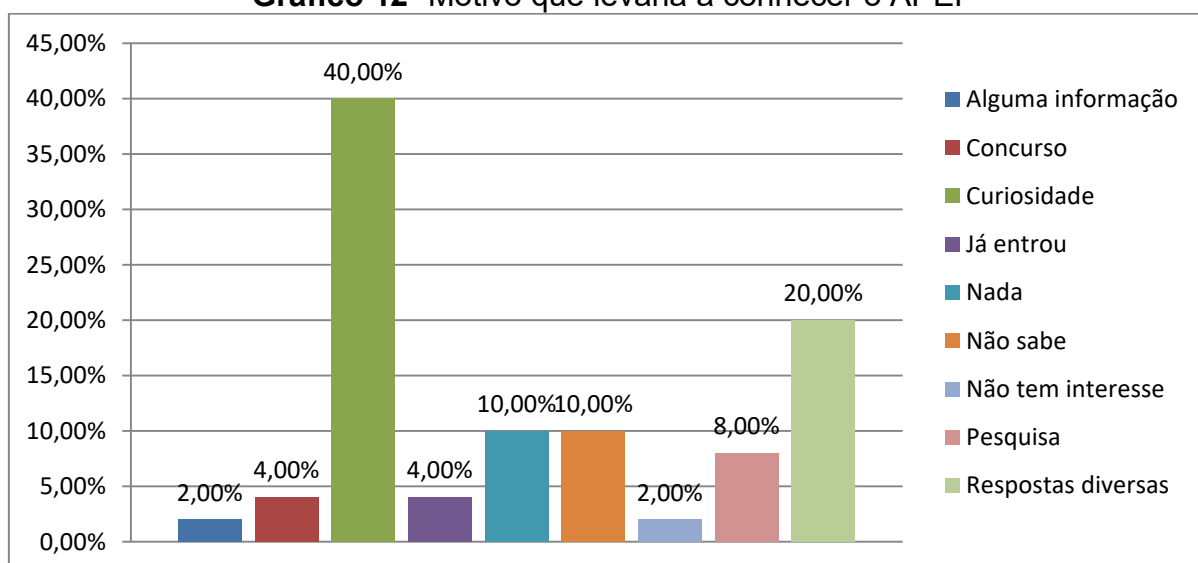
dos responsáveis pela segurança patrimonial (posicionados na entrada do APEP) que passam um ar de negatividade e exclusão.

Tabela 12- Motivo que levaria a conhecer o APEP

	Fundamental	Médio	Superior	Total	%
Alguma informação		1		1	2,00%
Concurso		2		2	4,00%
Curiosidade	2	16	2	20	40,00%
Já entrou		1	1	2	4,00%
Nada		1	4	5	10,00%
Não sabe		3	2	5	10,00%
Não tem interesse		1		1	2,00%
Pesquisa	1	2	1	4	8,00%
Respostas diversas	1	9	0	10	20,00%
Total Geral	4	36	10	50	100,00%

Fonte: Elaborada pelo autor

Gráfico 12- Motivo que levaria a conhecer o APEP



Fonte: Elaborada pelo autor

Na avaliação das instituições consideradas culturais, museu aparece com ampla margem de preferência dos entrevistados, seguida pelo teatro. Interessante destacar a concepção de museu, que para a maior parcela dos entrevistados o vinculam diretamente ao Museu Paraense Emílio Goeldi²³, que além de ser um

²³ O Museu Paraense Emílio Goeldi é uma instituição de pesquisa vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do Brasil. Está localizado na cidade de Belém, Estado do Pará, região amazônica. Desde sua fundação, em 1866, suas atividades concentram-se no estudo científico dos sistemas naturais e socioculturais da Amazônia, bem como na divulgação de conhecimentos e acervos relacionados à região.

parque zoológico, oferece atrativos para todas as classes sociais e faixa etária de idades.

É importante ressaltar que, foram colocadas cinco opções, porém cinema não aparece como preferência dos entrevistados. Em relação a arquivos, a margem de entrevistados que consideram como cultural é de apenas 2,00%, número considerado muito baixo. Podemos destacar fatores determinantes para que esses dados aqui apresentados se sobressaíam, a concepção de arquivo para maioria dos entrevistados, está vinculada a instituições administrativas, o que não pode ser considerada errônea, na medida em que de acordo com as teorias de valor de Schellenberg (2002), arquivos nascem com valor administrativo, legal e fiscal e somente ao longo dos anos ganham o valor secundário como fonte de prova e informação, servindo a ciência, história e memória.

Outro fator seria a concepção de arquivos como instituições culturais, que pode ser considerada relativamente nova, posto que, a abertura no Brasil para os cidadãos só acontece a partir do final da ditadura militar, ou seja, entorno de 33 anos apenas.

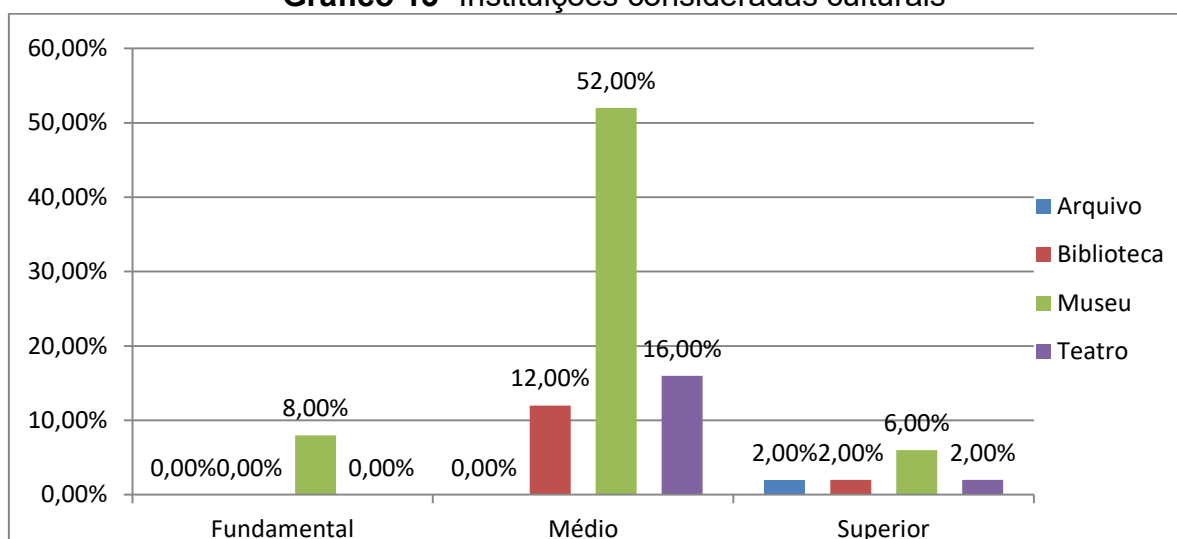
É inegável que os arquivos são possuidores de recursos culturais, mas muitas vezes esses recursos não são bem trabalhados, não conseguindo acompanhar o avanço tecnológico e o uso de novas metodologias para disponibilizar esses recursos culturais para o cidadão comum.

Em relação a esta avaliação, podemos considerar que por mais que esses fatos ganhem destaques, a necessidade de que os arquivos façam a difusão de suas atividades e serviços, pode ser aqui colocada, como um fator determinante para essa mudança de concepção, fazendo com que os possíveis usuários e visitantes vislumbrem interesse em conhecer essas instituições e, por conseguinte, se sintam atraídos por esses espaços.

Tabela 13- Instituições consideradas culturais

	Fundamental	Médio	Superior	Total
Arquivo	0,00%	0,00%	2,00%	2,00%
Biblioteca	0,00%	12,00%	2,00%	14,00%
Museu	8,00%	52,00%	6,00%	66,00%
Teatro	0,00%	16,00%	2,00%	18,00%
Total	8,00%	80,00%	12,00%	100,00%

Fonte: Elaborada pelo autor

Gráfico 13- Instituições consideradas culturais

Fonte: Elaborada pelo autor

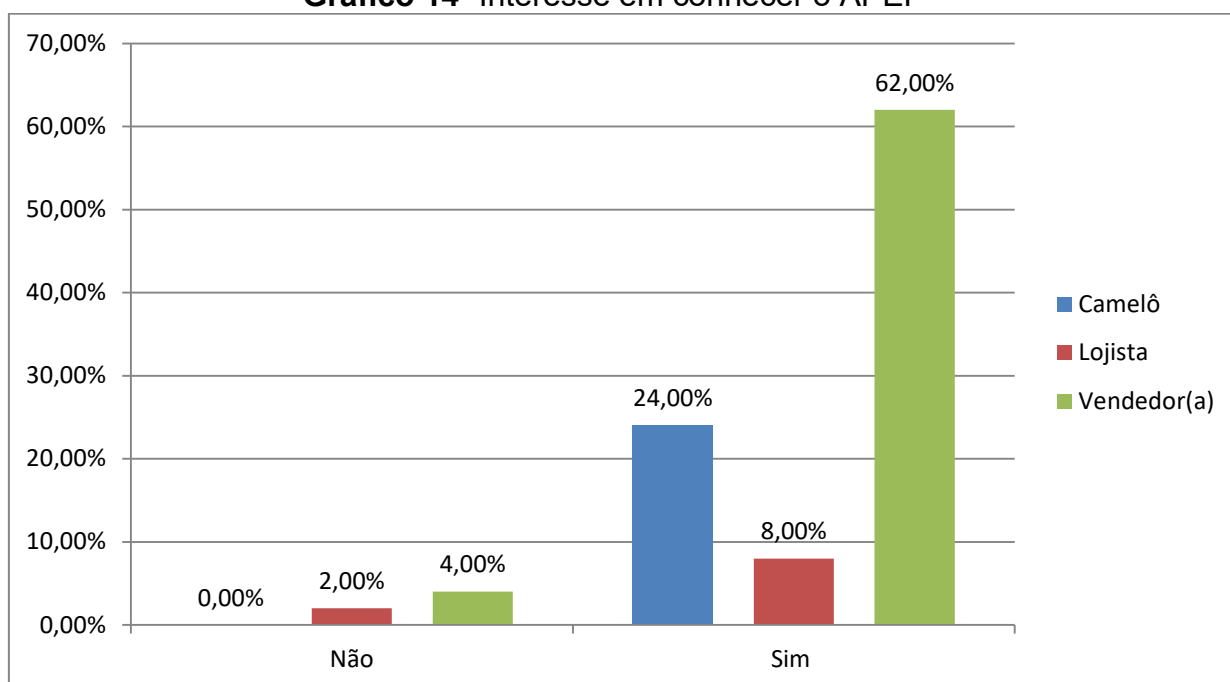
Ao ser questionado se gostaria de ser convidado a conhecer o APEP, um número consideravelmente alto aceitaria. Na correlação com os dados de pessoas que não adentraram, podemos concluir que por mais que o número seja alto, existe um grande interesse por parte dos entrevistados em conhecer a instituição.

Embora os arquivos estejam acostumados com o perfil do usuário quanto pesquisador, é importante voltar-se para novas tendências das funções arquivística, com relação a desenvolver atividades para o cidadão comum, o camelô, o vendedor, o lojista, a dona de casa, etc., como forma de tornar essas instituições mais próxima da sociedade.

Tabela 14- Interesse em conhecer o APEP

	Camelô	Lojista	Vendedor (a)	Total Geral
Não	0,00%	2,00%	4,00%	6,00%
Sim	24,00%	8,00%	62,00%	94,00%
Total Geral	24,00%	10,00%	66,00%	100,00%

Fonte: Elaborada pelo autor

Gráfico 14- Interesse em conhecer o APEP

Fonte: Elaborada pelo autor

Na pesquisa optamos por sugerir aos entrevistados três alternativas de atividades culturais que podem ser ofertas dentro do APEP. A proposta visa contribuir com a instituição no desenvolvimento de atividades voltada a difusão sociocultural.

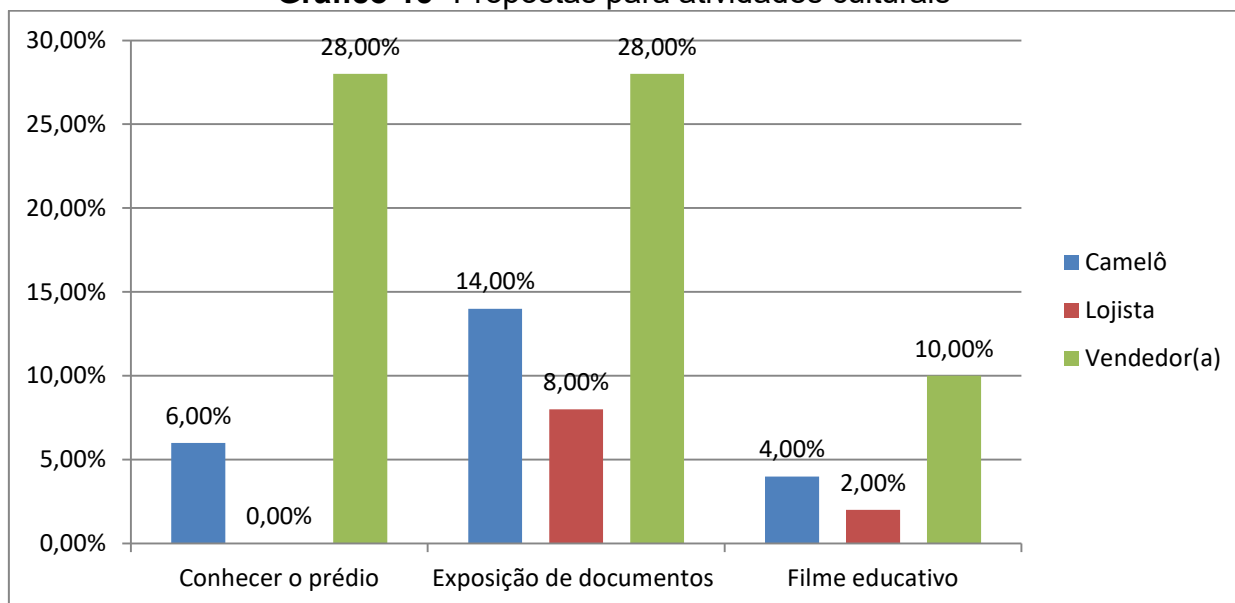
A surpresa ficou por conta, da maioria dos entrevistados terem optado por exposições de documentos, quando a maioria das atividades voltadas para esse tipo de público está relacionada a visitas guiadas, com a finalidade de apresentar tão somente a estrutura física da instituição.

A concepção de que os visitantes com perfil de cidadão comum não se interessam pelo que a instituição custodia ou que arquivos são lugares “chatos” e sem atrativos, pode ser considerada errônea, na medida em que a maioria dos entrevistados aceita o convite para conhecer a instituição e propõe exposições de documentos como atividade de preferência.

Tabela 15- Propostas para atividades culturais

	Camelô	Lojista	Vendedor(a)	Total Geral
Conhecer o prédio	6,00%	0,00%	28,00%	34,00%
Exposição de documentos	14,00%	8,00%	28,00%	50,00%
Filme educativo	4,00%	2,00%	10,00%	16,00%
Total Geral	24,00%	10,00%	66,00%	100,00%

Fonte: Elaborada pelo autor

Gráfico 15- Propostas para atividades culturais

Fonte: Elaborada pelo autor

Posto isso, podemos afirmar que a difusão sociocultural deve ser trabalhada de forma mais efetiva, o público para esse tipo de difusão é diversificado e carece de uma política inclusiva dentro dos programas de difusão arquivística. Os arquivos não podem habituar-se em receber apenas pesquisadores, como um público seletivo de suas atividades e serviços, caso contrário irão continuar a margem da sociedade e desconhecidos quanto instituição cultural, na medida em que o cidadão comum não o reconhece como tal, como também não se sentem pertencentes a esses espaços.

A educação popular pode ser vista como um dos sustentáculos da difusão sociocultural, que segundo Bellotto (2006, p. 240) pode ser considerada como:

[...] uma vertente da atividade pedagógica; é campo da chamada “educação permanente”, que quer atingir o cidadão que já deixou os bancos escolares. A educação pós-escolar pode completá-lo como cidadão. O conhecimento do meio local de sua cultura pode desenvolver nele o senso crítico e a compreensão solidária por aquilo que o rodeia.

É de grande importância ressaltar as dificuldades que instituições arquivísticas têm em conseguir recursos orçamentários e humanos para o desenvolvimento dessas atividades, como também reforçar que o público do entorno do APEP se encontra naquele ambiente em horário comercial e que a maior parcela está em horário de trabalho, portanto, desenvolver qualquer tipo de atividades nesse cenário pode ser dificultoso, porém propostas como abertura dos arquivos em

horários especiais (a noite ou aos sábados) pode ser uma solução que deve ser usada para aproximar o cidadão comum do APEP.

Outro fator a se destacar, se encontra na dificuldade de infraestrutura adequada para desenvolvimento de atividades socioculturais, O APEP não dispõe de auditório, sala de teatro, de aula ou qualquer espaço amplo para comportar um quantitativo alto de pessoas, geralmente para o desenvolvimento dessas atividades é utilizado o salão de pesquisa, o que prejudica o atendimento aos pesquisadores.

A participação do APEP como parceiro no Projeto Circular²⁴, traz a possibilidade de abrir as portas da instituição aos domingos, proporcionando com que as pessoas que participam do circuito, como também os moradores próximos possam conhecer a instituição, no entanto, deve se ressaltar que esta atividade não abrange o público alvo da pesquisa, ou seja, os entrevistados do entorno da instituição, posto que os mesmos não se encontram aos domingos neste local.

O Projeto circular tem por objetivo, promover e divulgar atividades culturais nos finais de semanas (domingos) na tentativa de melhorar a apropriação e utilização das estruturas e edificações do centro Histórico de Belém. Ganhador do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade 2018²⁵, apesar de não ser um projeto idealizado pelo APEP, pode ser usado como uma atividade parceira a ser tomada como exemplo por outras instituições arquivísticas como uma maneira de diminuir custos e difundir suas atividades.

²⁴ <http://www.projetocircular.com.br/>

²⁵ <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4782/premio-rodrigo-melo-franco-de-andrade-2018-ja-conhece-seus-vencedores>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O perfil institucional do APEP, até o momento da pesquisa, pode ser considerado de arquivo de custódia-documental patrimonial, mudanças ainda são necessárias no que tange suas atribuições (guarda e conservação da documentação) para a de formulador de políticas arquivísticas, tendo ainda como competência a definição de diretrizes e normativas, aliado a isso a responsabilidade de definir e implementar sistemas de automação de dados para todos os órgãos do Poder Executivo Estadual, sem preterir a preservação da memória do Estado e o fomento a projetos educacionais que incluam identidade cultural, sociedade, educação, uso do espaço público e o engajamento cívico.

Desta forma, a difusão em arquivos, mesmo pouco abordada na literatura da área, encontra na tecnologia uma aliada para melhor disponibilizar os acervos das instituições arquivísticas. O APEP vem com muito esforço, desenvolvendo projetos em parceria com outras instituições com o propósito de salvaguardar as fontes primárias, visto que parte de seu acervo se encontra em processo de digitalização.

Sendo assim, o desenvolvimento de um arquivo virtual, seria de grande importância na complementação do planejamento de preservação do acervo da instituição, na medida em que com a utilização da ferramenta de descrição documental arquivística em ambiente web por meio do *ICA-ATOM*, facilitaria o acesso e a difusão do acervo em ambiente virtual.

Tais aparatos tecnológicos contribuem para que a difusão alcance fronteiras para além do Brasil, o APEP representa uma riqueza informacional, científica, histórica, cultural e um patrimônio documental imensurável, que não deve ser restrito a uma difusão apenas estadual, seria necessário um estudo mais aprofundado de uma difusão em sistemas informatizados com desenvolvimento conjunto de um arquivo digital, porém não podemos fugir da realidade momentânea, muitos documentos ainda estão em processo de identificação, descrição e digitalização, assim como muitos paraenses desconhecem a existência e a função sociocultural da instituição, situação que deixa evidente, a prioridade de um estudo para o usuário local e o desafio para a implementação de um arquivo virtual que atenda às necessidades informacionais mundial.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BARDLN, Lawrenc. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições, v. 70, p. 225, 1977.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes** – tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: <www.siga.arquivonacional.gov.br> imagens. Acesso em: 16 de Nov. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em 09 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 16 set. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Resolução nº 17, de 25 de julho de 2003. Disponível em: < <http://conarq.arquivonacional.gov.br/index.php/resolucoes-do-conarq/525-resolucao-17>> Acesso em: 05 de set. 2018.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 129-150, 1998. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062/1201>> em: 26 de nov. 2018.

CRUZ MUNDET, José Ramón. La función cultural. In: _____. **Manual de Archivística**. Fundación Germán Sánchez Ruipérez. Madri: Piramide, 1994. p. 357-375.

DA SILVA BATISTA, Iane Maria; DA SILVA TORII, Leonardo. ENTRE A ADMINISTRAÇÃO E A MEMÓRIA: notas sobre o arquivo público do estado do Pará

(1894-1906). In CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA - CNA, 8, 2018, João Pessoa. Anais eletrônicos. **Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn**, João Pessoa, v. 6, n. especial, p. 547-562, out 2018.

DA SILVA, Armando Malheiro. Mediações e mediadores em Ciência da Informação. **Prisma. com**, n. 9, p. 68-104, 2009.

DA SILVA, Haike Roselane Kleber; BARBOSA, Andresa Cristina Oliver. Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Acervo**, v. 25, n. 1 jan-Jun, p. 45-66, 2012.

DE BARROS LARAIA, Roque. **Cultura: um conceito antropológico**. 22 ed. Zahar, 2008.

FURTADO, Cassia Cordeiro et al. Rede social de leitores e escritores juniores: portal Biblon: a integração social on-line como catalisador da leitura, criação, expressão e partilha. 2013. Disponível em: < <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/10351/1/tese.pdf> > Acesso em: 17 de set. 2018.

HEREDIA HERRERA, Antonia. Archivística general: teoría y práctica. **Sevilla: Disputación de Sevilla**, 1993.

INDOLFO, Ana Celeste. Avaliação de documentos de arquivo: atividade estratégica para a gestão de documentos. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro**, v. 6, p. 13-37, 2012.

INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da arquivologia. **Arquivística. net, Rio de Janeiro**, v. 3, n. 2, p. 28-60, 2007.

JARDIM, José Maria. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). **Ciência da Informação**, v. 27, n. 3, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/ci/v27n3/27n3a01.pdf>> Acesso em: 16 de set. 2018.

JARDIM, José Maria. Obstáculos à construção de políticas nacionais de arquivos no Brasil e na Espanha: uma abordagem teórico-metodológica de análise comparada. **Liinc em Revista**, v.7, n.1, 2011, Rio de Janeiro, p. 197 – 213.
LOUSADA, Mariana. A mediação da informação e Arquivologia: aproximações teóricas. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 11, n. 1, 2016.

LOUSADA, Mariana. **A mediação da informação na teoria arquivística**. 2015. Tese (Doutorado do programa de Pós-Graduação em ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993. Disponível em: <
<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>> Acesso em: 26 de dez. 2018.

PACHECO, Agenor Sarraf; TORII, Leonardo. Um Guardião em Teias: Caminhos e Sentidos na Criação do Arquivo Público do Pará. **Americania: Revista de Estudos Latinoamericanos**, n. 2, 2015. p. 216-258.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3 ed. FGV Editora, 2004.

RIBEIRO, Darcy. **Os brasileiros: Teoria do Brasil. Livro 1**. 9 ed. Vozes, 1987.

RIBEIRO, Fernanda. Da mediação passiva à mediação pós-custodial: o papel da ciência da informação na sociedade em rede. **Informação & Sociedade: estudos**, vol. 20, n. ° 1, janeiro-Abril 2010, p. 63-70, 2010.

ROCKEMBACH, Moisés. Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. **Informação Arquivística**, v. 4, n. 1, 2015.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Legislação de acesso aos arquivos no Brasil: um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. **Acervo**, v. 24, n. 1 jan-Jun, p. 257-286, 2012.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol; ARÈS, Florence. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, Theodore R. Avaliação dos documentos públicos modernos. In: _____. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. FGV Editora, 2002.

SHAPIRO, Harry L. **Homem, cultura e sociedade**. Martins Fontes, 1982.

TORII, Leonardo. **O Guardião da memória do Estado do Pará: Acesso a informação e políticas na criação do Arquivo Público do Estado do Pará (1894-1906)**. 2016. Dissertação (Mestrado do programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia) -Universidade Federal do Pará, Belém.

TRACE, Claran B. Dentro ou fora do documento? Noções de valor arquivístico. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. Org. Correntes atuais do pensamento arquivístico. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

VAZ, Gláucia Aparecida; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A importância dos estudos de usuários na formação do arquivista. **Informação Arquivística**, v. 4, n. 2, 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A- Formulário utilizado para as entrevistas



ENTREVISTA

Convido você a participar desta entrevista, desenvolvida para fins de elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso, tendo por orientador Me. Gilberto Cândido. As perguntas têm por objetivo identificar a percepção de arquivo para sociedade e entender qual fator aproxima ou distancia o cidadão de adentrar em um arquivo. Os dados coletados serão utilizados para fins acadêmicos.

Aceito participar e autorizo a utilização das minhas respostas.

Ass: _____

Nome do Entrevistador: Zilmilene Costa de Moraes (discente do curso de Arquivologia da UFPA)

1. Dados Pessoais do entrevistado.

Nome: (opcional)	
Idade:	Escolaridade: Sem Escolaridade () Fundamental () Médio () Superior ()
Sexo: M () F ()	Profissão:

2. O que é um arquivo para você?

3. Já entrou em um arquivo? Sim () Não () Qual?

4. O que você acha que existe dentro de um arquivo?

5. Você já entrou no Arquivo Público do Estado do Pará? Sim () Não ()

6. Se entrou, qual o motivo da sua visita?

7. Se não entrou, o que levaria você a conhecer?

8. Qual dessas instituições você considera como cultural?

() Museu () Teatro () Cinema () Arquivo () Biblioteca

9. Gostaria de ser convidado para conhecer o Arquivo Público do Estado do Pará?

Sim () Não ()

10. O que gostaria de ver dentro do Arquivo Público do Estado do Pará?

Exposição de Documentos* () Filme educativo () Conhecer o prédio ()

*Fotografias, Audiovisual, Iconográficos, Cartográficos e Textual, dentre outros.